

Matriz de inovação

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Lorenzo Boettcher e Alexandre Mattos, alunos da UFRGS e sócios da startup Webike, representam o novo perfil de empreendedores ligados à economia compartilhada

Empreendedorismo Em meio a uma sociedade consumista que está se voltando para a economia compartilhada, trazemos uma discussão sobre as startups - embriões de empresas com base tecnológica que

podem se tornar negócios - criadas a partir de ideias de estudantes da Universidade e profissionais que passaram pela UFRGS. A instituição conta com iniciativas de incentivo ao espírito empreendedor dos alunos. Em boa

parte dos casos, o desenvolvimento de um produto ou serviço atende ao desejo de criar uma solução para um problema ou de reduzir o custo ao consumidor.

CadernoJU

ENTREVISTA ESPECIAL

Nova gestão prioriza interação com a sociedade



Página Central

AUDITORIA CIDADÃ

Conter os gastos e pagar a dívida

Com extensa agenda de palestras e intervenções no Congresso, a coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lúcia Fattorelli, busca chamar a atenção para os riscos da aprovação da PEC 55 (originalmente 241), em tramitação no Senado. Em entrevista ao JU, no final de outubro, ela explica a pressa para tal aprovação

e também as razões de não se falar sobre a dívida pública brasileira. Para a auditora tudo está imbricado: "O gasto que precisa ser controlado nesse país é o financeiro, e a PEC 241 faz justamente o contrário. O objetivo dessa emenda é segurar os gastos com saúde, educação, previdência, assistência, defesa nacional, [...], exceto a dívida pública".

P5

CONGELAMENTO

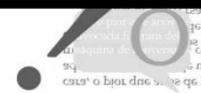
PEC 55 fragiliza suporte à recente expansão da UFRGS

P3

Apoio psicológico
Acompanhamento ampara estudantes da Universidade **P6**

Técnicos na pesquisa
Servidores mantêm projetos em diversas áreas **P10**

Guarda-roupas
Projeto revive acervo de figurinos do DAD **P13**



Espaço da Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor

Enfrentando desafios

Muito se tem ouvido e muito se tem respondido com uma única palavra: desafio. De fato, há pouco mais de um mês à frente da Universidade, esta gestão se depara com um panorama nacional em que, não bastassem os contingenciamentos dos últimos anos, as palavras de ordem são “corte orçamentário” e PEC 241. E, mais, se defronta com a interferência no seu fazer, advinda da MP n.º 746. O desafio está, portanto, posto e não é pequeno.

O fim do Programa REUNI nos impõe a necessidade de consolidação da expansão com qualidade e da valorização da nossa capacidade de criar e inovar, de empreender, de possibilitar o surgimento de novos talentos e lideranças em todas as áreas. Para isso, temos de pensar em novos paradigmas curriculares para novos perfis. O próprio conceito de qualidade tem de estar atrelado ao desenvolvimento e à responsabilidade ambiental. É preciso pensar o futuro

no hoje e buscar novos caminhos e, nos novos caminhos, defender o caráter humanista, que deve estar na base do nosso comportamento e, portanto, na base da formação de professores. A valorização e a transparência dos movimentos da Universidade nesse contexto em que vivemos determinam a visão diferenciada do seu papel.

É função da Universidade, tanto quanto responder à sociedade, mediar a relação entre a tradição e a inovação e ser, ela própria, instância de expressão da pluralidade cultural para, assim, constituir-se como fórum democrático de discussão de temas candentes.

Essa é a razão pela qual a UFRGS sediou no dia 4 de novembro o “Colóquio Regional Sul – Ensino Médio: reflexões e propostas”, com a participação de representantes das onze Universidades Federais da Região Sul, com o apoio da Andifes, para debater a política nacional de

educação para o ensino médio trazida pela Medida Provisória n.º 746/2016 e pela Portaria do MEC n.º 1.144/2016.

Nosso compromisso para com a educação não termina nas atividades de pesquisa voltadas para as novas práticas e estratégias relativas ao ensino básico. Nosso compromisso não termina com o profissional de educação qualificado que oferecemos ao mercado. Nosso compromisso reafirma-se nos princípios de organização federativa da educação e nas metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. É dentro desses compromissos que discutimos a própria necessidade de existência de espaço para o debate democrático sobre a política nacional de ensino médio, as alterações impostas pela MP n.º 746 e suas implicações políticas, curriculares e organizacionais. E conclamamos a todos para que esse debate não se encerre, mas que este seja apenas um passo importante para enfrentar esses novos desafios.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor substituto Felipe Ewald
Subeditora Jacira Cabral da Silveira
Repórteres Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademmo JU)

Diagramação Vera Lúcia Giliese
Fotografia Flávio Dutra (Editor)
Revisão Antônio Palm Falcetta
Bolsistas (Jornalismo) Cássia de Oliveira, Júlia Costa dos Santos, Kayan Moura e Paula Barcellos

Circulação Cristiane Lipp Heidrich
Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 10 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

ufrgsnoticias

Artigo

Encontro de Saberes na UFRGS: em busca da comunidade perdida

Os mestres que aqui estarão têm um modo de construir saberes que leva em conta não só o pensar, que é característico da cultura das universidades, mas também o fazer e o sentir. (José Jorge de Carvalho)

O meu saber é muito simples, assim como as minhas palavras aqui. (Mestre Maurício Messa de Oliveira)

Eu aprendi com minha avó a ser parteira e agora estou ensinando minha neta. (Mestra Iracema Rah-Teg Nascimento)

Um berçário é como a bateria de uma escola de samba. (Mestre Jorge Domingos)

Não podemos ser Anastácia com a boca vendada, temos que saber e poder falar. (Mestra Maria Elaine Rodrigues Espíndola)

pela primeira vez na UFRGS está sendo ofertada a disciplina Encontro de Saberes. Oito docentes de diferentes unidades – Música, Agronomia, Antropologia, Educação, Letras, Museologia, Economia – são os anfitriões neste semestre, mediando as aulas desenvolvidas pelos Mestres Jorge Domingos, Iracema Rah-Teg Nascimento, Maria Elaine Rodrigues Espíndola e Maurício Messa de Oliveira.

A disciplina segue a proposta iniciada na Universidade de Brasília em 2010 – com o apoio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, sob a orientação do antropólogo e professor José Jorge de Carvalho – e converge com o projeto de uma Cartografia dos Mestres e das Expressões das Culturas Populares Tradicionais, de 2012 (ligado à Secretaria da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura). É objetivo geral o

diálogo entre diferentes paradigmas civilizatórios, concretizado por meio da criação de atividades de ensino transdisciplinares nos currículos das universidades em que mestres e mestras de povos de comunidades populares tradicionais atuam como docentes e transmitam seus saberes, com a intermediação de professores de áreas afins.

A partir de debates promovidos pelo professor José Jorge em eventos na área da extensão, a ideia começou a circular entre nós há alguns anos. Em 2014, com a criação do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Africanos), cresceu a ideia de propor um acontecimento que potencializasse o que a política de ações afirmativas iniciada na UFRGS em 2008 tinha antecipado: a presença de subjetividades, corporeidades e conhecimentos de outras matrizes étnico-raciais e civilizacionais no âmbito do ensino acadêmico. Após uma série de encontros, foi-se desenhando o formato a que chegamos, resultante de práticas, estudos e relações com grupos sociais e comunidades. Essas ações já vinham sendo realizadas nas atividades de extensão e pesquisa de um conjunto de professores e servidores técnico-administrativos.

Não foram poucas as dificuldades, desde a ausência de espaço físico próprio para o encontro do grupo até a necessidade de a disciplina ser vinculada a um departamento, contrariando a natureza transdisciplinar e intercultural da proposta. Um impasse ainda a ser equacionado envolve a criação de uma rubrica formal que viabilize o pagamento, como docentes, a mestres e mestras, ainda que não possuam as costumeiras vinculações profissionais e

titulações acadêmicas. Mesmo com pouca divulgação, a disciplina obteve em torno de 20 matrículas de alunos do curso de Música (no qual consta como eletiva) e 366 solicitações via matrícula extracurricular provenientes de vários cursos – das quais apenas 40 puderam ser atendidas.

Desde a aula inaugural, o formato vem se movendo. As falas dos convidados reforçaram o ineditismo e a ousadia do acontecimento pelo que permite romper as fronteiras entre o mundo acadêmico e a vida social, pelo cuidado com o outro que exige escuta permanente, pela vigilância criativa e crítica à imposição simbólica de valores ocidentais europeus e à “captura” dos saberes do Outro. Também destacaram o caráter de experiência da atividade de ensino e, por conseguinte, o vigor de a avaliação se fazer enfocando o processo, via reflexão individual e coletiva a partir dos registros, escritos e audiovisuais, e em consonância com demandas e projetos dos mestres e seus coletivos.

Ambiguidades têm sido percebidas nos dois módulos que já ocorreram, algumas das quais se revelam em perguntas como as elencadas a seguir. O que se espera da intervenção dos professores que recebem os Mestres? O quanto a aula planejada pode ser e tem sido conduzida pelas intervenções dos Mestres, docentes e alunos, moldados pelos desejos prévios e despertados no convívio? Como propor avaliações que façam justiça aos aspectos cognitivos, emocionais, epistemológicos e sociais centrais das propostas dos Mestres, desdobradas em experiências de aula? Ouvir música e conversar com o Mestre Jorge

e sua Banda seria de fato aula e envolveria aprendizagem? De que maneira construir um chocalho e conhecer a casa da Mestra Iracema afeta a visão (e a escuta) de mundo? De que maneira mapas, vídeos, artigos e outros documentos podem colaborar para a construção dos saberes na disciplina, sem desviar o grupo da centralidade, da poeticidade e vitalidade da experiência transdisciplinar que se desdobra?

Se comunidade implica espaço comum, elementos compartilhados e concertados entre o grupo, estaríamos efetivando uma possível coexistência que faz convergir diferentes e diferenças? Como disse José Jorge na proposta de ensino, a presença dos mestres é imprescindível, pois vêm reelaborar na universidade um “saber direto”, que envolve mente e coração na interação com os aprendizes e no contexto específico. Dona Elaine reforça essa ideia em aula, ao destacar que os estudantes estavam presentes por desejo de saber ou por obrigação, mas todos a estavam ouvindo, interessados, portanto, em interagir. Essas e outras questões nos colocam diante da beleza e da riqueza que as experiências de cada encontro têm proporcionado, pois estão conectadas ao desejo de construção de currículos interculturais, descolonizados e comprometidos com a perspectiva da educação das relações étnico-raciais.

Ana Tettamanzy, Carla Meinerz, Eraclito Pereira, Ingrid Barros, José Otávio Catafesto, Luciana Prass, Marília Stein, Rumi Kubo
Docentes que ministram, neste semestre, a disciplina junto com os Mestres

Prognóstico de restrições



PEC 55 Estudo avalia impactos com a possível aprovação no congelamento de investimentos

A partir de estudo realizado pela Pró-reitoria de Planejamento e Administração sobre as repercussões na gestão da UFRGS, caso venha a ser aprovada a Proposta de Emenda à Constituição 241 (PEC 55 no Senado), que prevê um congelamento por 20 anos dos investimentos em áreas como saúde e educação, o Conselho Universitário aprovou uma moção contrária à proposta por entender que, diante das limitações que impõe, ela representa “grave comprometimento aos investimentos públicos” e colocará sob risco as atividades da instituição.

O estudo (disponível em <http://bit.ly/2fZRQbw>) analisa a expansão da UFRGS ao longo dos últimos dez anos em termos tanto do número de alunos (graduação e pós-graduação) como de atividades de pesquisa e extensão, o que implicou crescimento da infraestrutura e da contratação de serviços como conservação, manutenção predial, vigilância, limpeza. Em concomitância com a expansão, nesse período, a Universidade teve um crescimento de 62% na sua execução orçamentária em termos reais – logo, esse índice representa a variação que ocorreu além da taxa de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ainda sobre a expansão, o estudo aponta a ampliação das despesas de custeio, que dão conta do funcionamento cotidiano da Universidade, e de capital, referentes a obras, instalações e equipamentos. Estas, apesar de certa volatilidade, tiveram crescimento – em dez anos passaram de R\$ 2,4 milhões para R\$ 12 milhões (em valores constan-

tes relativos a 2006, ou seja, descontada a inflação). Por outro lado, isso significa uma tendência de geração de novas despesas de custeio, por exemplo, após a consolidação de um laboratório recém-instalado.

No que tange ao custeio, passou-se de R\$ 41 milhões para R\$ 95 milhões (sempre em valores constantes relativos a 2006). Desses montantes, estão excluídas as despesas de pessoal, que abrangem salários de ativos, benefícios, encargos, pensionistas e inativos. Estas dependem das negociações entre governo e sindicatos, das novas contratações e do ritmo de aposentadoria dos servidores – variáveis sobre as quais a gestão da Universidade não tem controle. Mesmo que não haja aumento salarial real dos ativos, o total da folha de pagamento vai se elevando em virtude das novas aposentadorias e do aumento na expectativa de vida da população.

Estagnação – O teto estabelecido na PEC, que se move somente de acordo com a taxa de inflação, impede qualquer possibilidade de continuidade do crescimento real, o que representa um problema, uma vez que as despesas de pessoal e outras despesas da UFRGS têm crescido acima da inflação. Dessa forma, elas tenderão a forçar a redução de verbas para o resto das despesas. “Se há menos recursos, teremos um esforço de racionalização que vai prejudicar a Universidade. Vai ser necessário, provavelmente, cortar as principais despesas de custeio”, avalia o pró-reitor de planejamento e administração, Hélio Henkin.

De fato, reduções já vêm aconte-

cendo desde 2014. “Então, já temos três anos sucessivos de expectativa de redução de orçamento de custeio e capital. Ou seja, já estamos partindo de uma base baixa. E se a partir daqui essa contenção só irá crescer em termos nominais (com base no IPCA), o resultado será uma situação de muita restrição. Quem garante, por exemplo, que as negociações salariais dos terceirizados não estarão acima da inflação? Ou que a correção das tarifas de energia elétrica e de telefonia não ficará acima da inflação?”, avalia o pró-reitor e acrescenta: “Consideramos, portanto, o congelamento proposto na PEC uma medida muito rígida, porque tende a reduzir progressiva e cumulativamente as disponibilidades orçamentárias de custeio e de capital para a Universidade”.

Impactos específicos – Além dessa análise ampla, é possível antever consequências da eventual aprovação da PEC em cada uma das pró-reitorias acadêmicas. Na pesquisa, o pró-reitor Luís da Cunha Lamb pondera: “Já é grave a situação orçamentária dos órgãos de fomento à pesquisa, como CNPq e FINEP. Preocupa-nos muito que sejam contingenciados recursos para Ciência e Tecnologia, como já tem acontecido. É um cenário muito difícil para o futuro do país porque a pesquisa científica e tecnológica tem impacto direto em curto e médio prazos, sem falar no longo prazo”.

“No caso da Extensão, em sua interface com a sociedade, o impacto do congelamento de investimentos afeta não somente aqueles projetos desenvolvidos na área da educação,

como também os desenvolvidos na saúde e em outras áreas, já que recebemos recursos provenientes de outros ministérios”, avalia a pró-reitora Sandra de Deus.

Para Suzi Alves Camey, titular da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, a consequência mais imediata será nos auxílios de manutenção estudantil. “Preocupa-nos saber até quando vamos conseguir manter os que hoje oferecemos. Os recursos que recebemos do governo, principalmente no que diz respeito a capital, são os que têm nos ajudado a preservar a estrutura, como o funcionamento dos restaurantes universitários e a manutenção das casas de estudantes. Temos uma grande preocupação com os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pois essas verbas influenciam diretamente no dia a dia dos estudantes na Universidade”.

“O impacto que poderá ocorrer na pós-graduação será imediato em dois sentidos: no financiamento de projetos e no de bolsas, inclusive as de mestrado e doutorado. A pesquisa dentro da pós-graduação é fundamental porque é ela, muitas vezes, que sustenta os projetos de pós-graduação e dá todo o conhecimento científico para docentes e discentes. Sendo assim, ao atingir essa área, o prejuízo será grande”, assevera o pró-reitor Celso Loureiro Chaves.

Já o pró-reitor de graduação Vladimir Pinheiro do Nascimento ressalta que se o investimento público ficar vinculado à inflação, ele se desconectará completamente das necessidades da Universidade. “Por exemplo, no ano de 2016,

passamos a ter a entrada de 50% de estudantes cotistas na Universidade. Anteriormente eram 40% e, antes disso, 30%. No momento em que se passa de 40% para 50%, a necessidade que se tem de recursos para a permanência de pessoas que vêm com algum tipo de carência econômica é muito maior. Então, não podemos vincular esse tipo de ocorrência simplesmente ao índice inflacionário. Esses alunos precisam de um tipo de apoio diferente. Pode se tornar necessário o aumento de monitores nas disciplinas ou outro tipo de suporte para garantir o bom andamento desses estudantes para que possam se formar no tempo certo. Temos que ir agindo à medida que a demanda surge. Qualquer coisa que saia fora do funcionamento esperado poderá ficar sem solução.”

Repercussão na sociedade – O reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, pondera que o ensino, a pesquisa e a extensão são investimentos que se tornam ainda mais importantes em momentos em que há um esforço para a superação de um quadro de crise. “As universidades federais oferecem a oportunidade de uma formação de altíssima qualidade financiada com recursos públicos. Além disso, as atividades de pesquisa e extensão dependem em grande proporção desses mesmos recursos. Contingenciamentos e restrições significam perdas de oportunidades de formação e chances reduzidas de desenvolvimento científico e tecnológico, impactando diretamente sobre a maneira como se dá a relação entre universidade e sociedade”, opina.



FLÁVIO DUTRA/JU



Um tema premente

Comportamento A escola como espaço de diálogo sobre a sexualidade

A sexualidade faz parte da vida em sociedade e está presente nos mais diferentes aspectos da esfera social. Quando se fala nesse assunto, refere-se não só a temas como anatomia humana e reprodução, mas também a relações de gênero e questões psicológicas do comportamento humano que perpassam a sexualidade. Nesse sentido, especialistas caracterizam a educação sexual como um dos fundamentos para a formação humana dos indivíduos.

Em 2014, no entanto, durante as discussões no Congresso sobre o Plano Nacional de Educação, responsável pelas diretrizes e metas da educação para os próximos dez anos, houve muita controvérsia em torno desse tópico. A retirada de qualquer menção a gênero e sexualidade foi efeito das pressões de bancadas conservadoras, alegando que esses temas iam contra seus preceitos morais, além de ser um dever dos pais e não da escola. Como consequência, estados e municípios também não incluíram esse assunto em seus planos.

Apagando incêndios – A psicóloga e professora da Faculdade de Educação da UFRGS Jane Felipe de Souza afirma que a escola tem uma função essencial nessa formação. “É claro que a sexualidade está presente [na escola], mesmo que não se fale abertamente sobre ela. Mas

as crianças e os adolescentes conversam sobre isso, experimentam. Especialmente na infância e na adolescência, as pessoas vão descobrindo o seu corpo, descobrindo o corpo do outro, descobrindo sensações prazerosas. É bem importante que se possa falar desses temas e tirar dúvidas das crianças. A escola, por intermédio de seus professores e professoras, tem a obrigação de atender a essas demandas de uma maneira clara e objetiva.” A escola, entretanto, enquanto uma das principais instituições em que se dá essa formação de indivíduos, ainda não conseguiu, em sua maioria, integrar o tema da educação sexual em seus currículos.

O início do processo de abertura política a partir de meados dos anos 70 propiciou uma reformulação, impulsionada pelos movimentos sociais da época, da instituição escolar e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim, não houve uma mudança relevante quando se trata de educação sexual. Nos anos 1980, a demanda por um ensino voltado para questões sexuais e de gênero se acentuou devido à epidemia de AIDS e a um aumento no número de jovens com gravidez indesejada. “Antigamente – e até hoje em dia –, qualquer menção à sexualidade ficava por conta da biologia, e o enfoque era sempre muito biologicista, mostrando como é o aparelho sexual e suas funções. Na verdade, a sexualidade é muito mais do que isso. Com o advento da AIDS, começou a haver uma espécie de pânico moral e a se pensar na importância de se falar desses temas na escola. Então, muitas vezes, as escolas funcionam somente para ‘apagar incêndios’, afirma a psicóloga.

Expansão – Somente em 1997, foram estabelecidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), quando se observou a primeira iniciativa do governo federal para a inclusão da sexualidade na perspectiva do gênero como tema a ser discutido nas escolas. Primeiro foi estabelecido somente para o ensino fundamental; dois anos depois, para o ensino médio. Tal documento trouxe como inovação a proposta de transversalização de temas considerados relevantes para a sociedade nos conteúdos escolares. Entre eles, ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, trabalho, consumo e também a educação em sexualidade.

Em 2014, a UNESCO lançou a publicação *Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro*, com o objetivo de orientar os docentes sobre como implementar a educação sexual no ambiente escolar. Um estudo realizado pela mesma instituição mostra que, dos mais de dois mil cursos de pedagogia do país, apenas 32 possuem no seu currículo temas ligados a sexualidade e a gênero, sendo que, em muitos destes, a oferta ocorre apenas em disciplina eletiva. “Isso significa dizer que as futuras professoras e professores podem entrar e sair do seu curso de formação sem nunca terem discutido de fato esses temas. É perfeitamente compreensível que o corpo docente das escolas se sinta muito intimidado para trabalhar com esse assunto porque não foi formado para isso”, esclarece Jane.

Para além da sala de aula – Em algumas escolas, a temática começa a ser introduzida de fora para den-

tro, em forma tanto de palestras como de oficinas. A professora de geografia do Colégio de Aplicação da UFRGS, Ana Clara Fernandes, juntamente com outros professores da área de humanas, desenvolveu este ano o projeto *Diversidade e Escola no Espaço Metropolitano*. O objetivo do projeto é promover oficinas para professores e alunos sobre temas como consciência negra, povos indígenas e sexualidade. “A intenção é abordar todas essas questões que aparecem dentro da escola e que não cabem dentro da sala de aula. Ou porque a gente não consegue falar sobre elas ou então porque a gente não está preparada para falar sobre isso, por não ter uma formação nas licenciaturas que traga esses conteúdos. Então, para inaugurar o projeto, nós colocamos a questão da sexualidade como primeira atividade”, pontua a professora, ressaltando a necessidade de uma melhor formação dos professores.

Antes do início do projeto, estudantes do 3.º ano do ensino médio já estavam organizando uma apresentação com o tema ‘gênero’ para a Disciplina de Teatro. A peça acabou sendo encenada também no primeiro dia de atividades, desencadeando uma discussão entre os alunos. Mesmo que os professores não tragam de forma pontual tais assuntos para a sala de aula, são os alunos muitas vezes que demonstram interesse em falar sobre essas questões.

O projeto leva no nome a ideia de ‘espaço metropolitano’ porque existe um interesse de que outras escolas também possam participar. Percebe-se, assim, que a matriz do problema se dá na instituição escola como um todo, e não como um problema exclusivamente das escolas.

A professora Jane explica que essa dificuldade de ensinar sobre sexualidade está atrelada a um contexto social e cultural. “Nós temos uma sociedade marcadamente religiosa, muitas vezes preconceituosa, retrógrada, despreparada. Por conta disso, as pessoas acabam não entendendo bem qual é o seu papel de educadoras e educadores nesse campo da sexualidade. É lamentável que a gente tenha tido, nos últimos dois anos, um tremendo retrocesso no ponto de vista dos projetos para a escola por conta desse parlamento triste e ignorante que nós temos hoje no nosso país”, enfatiza.

Falar sobre sexualidade e gênero desde a mais tenra infância, seja na família ou na escola, contribui para a criação de uma sociedade mais igualitária, com menos preconceito e mais respeito ao próximo. Questões como o feminicídio e o grande número de mortes da população LGBT por conta do preconceito poderiam ser evitados. “Esse tema da sexualidade e das desigualdades de gênero tem a ver fundamentalmente com direitos humanos. A gente tem observado que muitas famílias têm o argumento de que não cabe à escola discutir esses temas. No entanto, essa mesma família tem produzido sujeitos extremamente violentos e preconceituosos, na medida em que a gente tem uma parcela da população que é capaz de matar, de espancar o sujeito gay, transexual. Essa família tem falhado na condução desse processo de educar seus filhos e filhas para o respeito às diferenças e, portanto, pelo respeito aos direitos humanos”, conclui Jane.

Paula Barcellos, estudante do 4.º semestre de jornalismo da Fabico



Só não vamos congelar a dívida pública

Financeirização *PEC reforça mecanismo de transferência de recursos para o setor financeiro*

Jacira Cabral da Silveira

Durante viagem de retorno a Brasília, no dia 27 de outubro, depois de palestrar sobre a PEC 241 a um grupo de estudantes de uma das maiores escolas públicas ocupadas do planalto central, na cidade satélite de Planaltina, a coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida Pública (ACDP), Maria Lúcia Fattorelli, concedeu entrevista via celular ao Jornal da Universidade. No dia anterior, ela havia participado de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa do Congresso Nacional e também de um debate na CNBB. Nessas duas ocasiões, o tema foi o mesmo apresentado aos estudantes e sobre o qual o JU buscou esclarecimentos: a quantas anda a dívida pública brasileira e quais suas implicações com a PEC do congelamento (PEC 55/2016 no senado)? Logo de saída, ela dá o tom da conversa: “O gasto que precisa ser controlado neste país é o financeiro, e a PEC 241 faz justamente o contrário, deixa o gasto financeiro livre, sem nenhum controle nem limite, e o objetivo dessa 241 é segurar os gastos primários, que correspondem a todos os custos com saúde, educação, previdência, assistência, defesa nacional, todas as rubricas do legislativo, executivo e judiciário, exceto a dívida”.

Por que pouco se fala sobre a dívida pública brasileira?

Essa é uma grande estratégia do mercado financeiro que comanda hoje o mundo inteiro. Os grandes bancos dominam a economia mundial, e isso é provado em estudo realizado em uma universidade suíça. É importante citar esse estudo porque, quando se fala que o setor financeiro domina o mundo, são muitas as críticas. O estudo partiu de uma amostra das 43 mil empresas mundiais de maior capital registrado em todas as áreas: armamento, sementes, energia, etc. Segregando essas 43 mil, chegaram a apenas 147 empresas, denominadas controladoras. Depois descobriram os proprietários dessas controladoras: um grupo de menos de 50 bancos. Isso é poder financeiro. Eles também financiam campanhas políticas na maioria dos países. Então, por que não se fala do problema da dívida se ela consome quase metade do orçamento e se ela serve de justificativa para todo pacote de medidas que tivemos? Na PEC 241, a justificativa é congelar os gastos primários para deixar livres os gastos com a dívida; a justificativa do PLP 257, que arrebenta a economia dos estados, é a dívida dos estados; a justificativa pra DRU (Desvinculação das Receitas da União) é a dívida; a justificativa para as contrarreformas, principalmente as privatizações desde Collor, também é pagar a dívida. Há 20 anos privatizamos as nossas companhias estratégicas e lucrativas para pagar a dívida. E não se fala da dívida! Isso porque ela se

transformou num mecanismo de transferência para o setor financeiro. Por esse motivo, a estratégia é essa: “Não falar”.

Por isso a premência de uma auditoria pública?

Exatamente. Primeiro por ela ser a justificativa para todo esse pacote de medidas que retiram direitos sociais para transferir mais recursos para o setor financeiro. Em segundo lugar, essa dívida sangra todo ano quase metade do orçamento federal e grande parte dos orçamentos municipais e estaduais. Terceiro: a prática de juros sobre juros de forma abusiva. Quarto: o patamar de juros excessivos, considerando que foi um refinanciamento feito pela União de uma dívida de um ente federado com risco zero, porque, se o estado não paga, a União simplesmente retém o fundo de participação do estado. Por isso não se justificaria essa taxa de juros abusiva. A dívida é um mecanismo de retirar dinheiro. E ela faz isso com os estados. Por lei, tudo o que a União recebe dos estados ela, obrigatoriamente, só pode destinar ao pagamento da sua dívida. A importância da auditoria é mostrar que ideia é essa, de onde ela veio, onde está a contrapartida dessa dívida que provoca todo esse estrago na economia de um dos países mais ricos do mundo.

Como a ACDP avalia a gestão do endividamento brasileiro a partir dos anos 2000?

Desde o Plano Real, que foi feito para privilegiar o setor financeiro, foi abolida a atualização monetária automática; antes, os salários eram corrigidos todo mês. O plano real congelou os salários e os preços e abriu a porteira para entrarem os importados. Congelou tudo, exceto a dívida, que continuou sendo atualizada. Uma atualização paralela com base no IGP-M, que é o índice divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), é utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguel. Esse índice engloba, inclusive, variações cambiais. Um escândalo. Então, a dívida continuou tendo o privilégio da atualização não pelo índice oficial que estava próximo de zero – o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) –, mas pelo IGP, que é medido por instituição privada (FGV) e que muitas vezes é meramente uma expectativa de inflação e não a inflação real. Ou seja, o privilégio do setor financeiro a partir de 1994 é brutal: a dívida começou a explodir e os juros chegaram a 45%. A partir daí vem se dando um processo brutal de desindustrialização. A nossa indústria, que já alcançou 30% do PIB, agora ocupa 9% e continua caindo.

Em que medida a retirada do artigo 192 da Constituição brasileira agrava esse cenário?

Um dos dispositivos desse artigo, que foi suprimido na íntegra, limitava os juros em 12%,

considerando usura a aplicação de taxa de juros superior a esse percentual. É certo que os bancos não cumpriam isso, mas ficavam sujeitos a ações judiciais. Depois que foi suprimido esse dispositivo, os bancos ficaram totalmente à vontade, e chegamos ao cúmulo de uma taxa de juros de mercado de 500% ao ano. Quando falo em palestras no exterior que a taxa de juros no Brasil supera 200%, a reação é impressionante, sempre alguém que está na mesa me questiona: “Você quer dizer mais de 20%, não é?”. E todos ficam me olhando, incrédulos. Voltando à pergunta “Por que não se tematiza a questão da dívida?”. Porque o mercado financeiro não quer escancarar esse privilégio. No ano passado, toda a economia encolheu. Foi queda na indústria e no comércio, houve desemprego e arroxo salarial, e o PIB encolheu quase 4%. Enquanto isso, o crescimento dos bancos foi 20%. Em 2014, os bancos lucraram R\$ 81 bilhões; em 2015, R\$ 96 bilhões, mais do que o orçamento anual da Saúde para 2015.

Destoando do que é dito com relação ao sistema público de previdência social, a senhora afirma que ele é altamente sustentável. Como assim?

A previdência, a assistência social e a saúde formam o tripé que é a Seguridade Social. No Brasil, esta foi criada pelo artigo 194 da Constituição. De acordo com o artigo 195, toda a sociedade vai financiar esse sistema. As empresas vão colocar a sua contribuição social sobre o lucro. Os trabalhadores e os empregadores vão contribuir sobre a folha. Toda a sociedade vai contribuir sobre o consumo. Juntando tudo isso e comparando com as despesas da seguridade social, todo ano sobram bilhões. A soma dos últimos quatro anos chegou a mais de 200 bilhões. No entanto, onde foi parar esse dinheiro? A DRU foi lá, mordeu essa quantia e destinou aos juros da dívida. Então, a seguridade social do jeito que é desenhada no Brasil é altamente superavitária e sustentável.

Por que a senhora afirma que o Brasil é o único país que pode enfrentar o sistema financeiro mundial?

Porque o Brasil é autossuficiente em tudo. Nos falta tecnologia? Falta. Eu te dou um exemplo. Se você tiver a melhor receita de bolo e não tiver os ingredientes, que bolo você vai fazer? Agora, se tiver a matéria-prima e não tiver a receita, vai inventar, vai fazer qualquer coisa pra matar a fome dos filhos. Nós temos matérias-primas estratégicas, como o nióbio, o petróleo, a água. Nosso clima é favorável, temos todas as fontes energéticas. Pode vir o boicote internacional que for! O nosso problema é essa elite governante.

ARQUIVO PESSOAL



Para Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, o sistema de previdência social do Brasil é altamente sustentável



Em boa companhia

Assistência estudantil

Acompanhamento busca amparar estudantes para que permaneçam na Universidade



Leandro, aluno de biblioteconomia, procurou apoio depois de presenciar briga violenta

Cerca de 90% dos alunos das universidades federais dizem enfrentar situações perturbadoras, que levam a casos persistentes de ansiedade, desânimo e sensação de desamparo. Esses problemas interferem no andamento de suas vidas e nas vivências dentro do contexto acadêmico. O dado provém de pesquisa do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis que traça o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes. Mas lidar com dificuldades pessoais, financeiras e de aprendizagem não é problema que precise ser enfrentado de maneira solitária. A Universidade conta com uma estrutura de apoio para auxiliar na superação dessas limitações.

Foi depois de presenciar uma briga violenta que o aluno do 4.º semestre de Biblioteconomia, Leandro Ferreira, procurou a ajuda psicológica oferecida pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) por meio da Divisão de Seleção e Acompanhamento Psicológico, Pedagógico e Social (DSSPRAE). Carregando o peso de problemas familiares – como a morte do pai – e também o fardo de ter dificuldades nos estudos, buscou auxílio no setor da PRAE voltado a casos de vulnerabilidade social, saúde mental e desempenho acadêmico. Esse foi, para ele, um gesto de coragem: “A gente tem dificuldade de se abrir, mesmo que seja para um profissional. Acabamos resistindo. Agora vejo que me ajudou muito, é um espaço para se conhecer melhor, analisar situações, falar das dificuldades, do que queremos fazer e também da realização com o que a gente busca”.

O suporte – Leandro está entre os cerca de 4.000 alunos assistidos pela PRAE. Dentre eles, boa parte usufrui também do acompanhamento feito pela Divisão, que engloba uma equipe interdisciplinar de 11 pessoas. São psicólogos, assistentes sociais e pedagogos que trabalham para que os estudantes consigam permanecer na Universidade e se formar. Para Grace Tanikado, diretora da DSSPRAE, esse acompanhamento é fundamental, pois a maioria dos casos que chegam até ali são de

estudantes que não têm pessoas próximas que possam orientá-los. “A Universidade acaba sendo um espaço de vivência. Eles estudam aqui e, quando pensam em pedir ajuda, lembram-se da instituição. Muitas vezes estão na cidade só pelos estudos. Há casos em que a UFRGS é o lugar mais integrado que frequentam”, relata.

Quanto às questões de saúde mental, a Divisão dá um primeiro encaminhamento: os casos são analisados e somente os mais urgentes são atendidos. Esse processo é fruto de uma demanda maior do que a capacidade do setor. A lista de espera para atendimento psicológico, por exemplo, tem 200 pessoas. Além do mais, muitos são instruídos, depois de passar por ali, a continuar seus tratamentos fora da UFRGS. “Como a rede pública não dá conta e os três psicólogos daqui também não, trabalhamos com um auxílio saúde. É um valor para que o estudante faça tratamento fora”, diz Grace.

Há ainda outros motivos, porém, que levam os acadêmicos da Universidade a buscarem a Divisão: não saber onde marcar uma consulta médica; situações que envolvem relacionamentos amorosos, desentendimentos em casa ou na sala de aula; casos de violência e de abandono. Também, segundo Grace, têm aparecido com frequência casos de estudantes que são expulsos de casa e não sabem quem procurar. “Somos meio que aquele centro de resolução de tudo que escapa da rotina acadêmica. Tratamos o que envolve estudantes, mas que tem a ver com a possibilidade de estarem vivendo de forma plena”, relata.

O atendimento da PRAE acontece no Anexo 3 da Reitoria, prédio 12.105, no Câmpus Centro, das 8h às 18h, de segunda a sexta. Há, ainda, um plantão para atender os estudantes 24h todos os dias – mesmo aqueles que não recebem benefícios da Pró-reitoria. Basta se identificar e um dos profissionais do setor é acionado. Além disso, é possível buscar atendimento e informações pelo telefone 3308.3083 e pelo e-mail dssae@prae.ufrgs.br.

Júlia Costa dos Santos, aluna do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Dulcineia ideológica

Há 400 anos morria Cervantes. E o cavaleiro da triste figura, criação sua, continua, entretanto, atravessando os tempos com a sua tenaz resistência ao pragmatismo mundano. Antes, muito antes, os princípios, os valores! Uma valentia raquítica que não descansou – nem descansa – de brandir o amor, a honra, a justiça, a leitura, numa Espanha conservadora e decadente. Ressaca da euforia da expansão marítima. Sim, os tempos de crise são prolíficos. (Ufa, é o mínimo!) Aponta-se a possibilidade de Cervantes ter escrito esse que foi o romance inaugural no cárcere, como foi a situação de tantos escritores ao redigirem o seu melhor nas piores condições, talvez por estarem isolados das vicissitudes da vida “liberta”. O sonho como gerador da

realidade. É o meu consolo, num contexto contemporâneo em que não faltam sanchos de poucas luzes para apontar serem as utopias moinhos. Por vezes não consigo ver otimismo adiante da linha do horizonte, pensando que o Paraíso foi definitivamente perdido lá trás. E a civilização cada vez mais se apresenta como a mãe da barbárie. Em nossas colmeias de sobrevivência, vivemos uma crise de identidade (nacional). As instituições se tornaram desacreditadas, obsoletas. Emerge, nesse cenário, um conceito em moda que me parece útil: a resiliência. Temos de ser resilientes, mesmo enfiados em uma indumentária bufa, com uma capacidade de enfrentamento débil e anacrônica, mas cheios de vontade de repôr ao mundo o que lhe falta: dignidade.

E esse talvez seja o signo inquebrável do cavaleiro, a crença pia de que a realidade se produz no sonhar, pela construção, rente à vida, da própria vida. As condições para tanto, depois desses 400 anos, vêm se constituindo mínimas. Resta-nos sermos resilientes como o Quixote da saga, e entendermos, como Cervantes, que estamos na passagem dos tempos. O escritor espanhol experienciou tanto a expansão das ideias como a virada da mesa religiosa, com a Reforma e a Contrarreforma. Um tempo em que o homem passou a ser a medida de todas as coisas. Para os que, em seus programas políticos, planejam a formação de alunos acrílicos, pondo na fogueira ou no cabresto a possibilidade de a sociedade constituir-se minimamente lúcida sobre si

ou suficientemente autônoma, importam coletivos heterônimos, inquestionáveis, submissos, dominados. Mas a palavra resiliência se empoderou e resolveu sair de baixo da saia da Física, ganhando as ruas, os textos, os desejos de resistência. Resiliência não como adaptabilidade, mas como firmeza na construção de convicções e princípios. Uma espécie de havaianas que não soltam as tiras, não deformam, por resilientes continuaremos honrosamente lutando por nossa Dulcineia del Toboso ideológica, ainda que rameira, mesmo que sua graça esteja na nossa convicção de que ela, seja como seja, é suficientemente digna da nossa paixão, pois não há convicção sem ardor, crença sem razão, ainda que o desafio e o trabalho sejam maiores.



Os botos da barra



Pescador e boto pescam tainhas juntos na barra do rio Tramandaí, fenômeno raro que acontece apenas em dois lugares no mundo

Pesca cooperativa

Projeto do Ceclimar trabalha para a preservação de fenômeno raro

“Tinha um boto aí que, quando ele entrava no rio, a gente já sabia que o dinheiro estava na mão do pescador”, conta Maurino Ramos Francisco num tom saudosista, esboçando um pequeno sorriso no rosto moreno marcado pelo sol. Seu relato, porém, não é uma simples história de pescador: na barra do Rio Tramandaí – entre o balneário que lhe dá nome e Imbé –, acontece a pesca cooperativa, uma interação entre botos e pescadores artesanais de tarrafas. Os golfinhos cercam o cardume de tainhas na margem do canal, sobem à superfície e dão sinal para os pescadores lançarem as redes. Quando estas afundam na água, capturando os peixes, os que escapam se dispersam em direção aos botos: assim, homem e animal garantem o sustento do dia. É para preservar esse fenômeno raro (observado apenas na região e em Santa Catarina) que o projeto de extensão da UFRGS *Botos da Barra do Rio Tramandaí* vem trabalhando.

A pesca cooperativa acontece há pelo menos 60 anos no local. Maurino lembra que seu avô já pescava com os botos àquela época, depois o seu pai e agora ele. Dentre os nove irmãos cria-

dos pelo pai “à base da pescaria”, alguns não seguiram a tradição da família; preferiram outra profissão. Maurino foi um dos que pegaram gosto pela pesca. Com dez anos de idade, ganhou uma tarrafinha do pai para brincar na beira d’água: “Eu ia estudar, chegava em casa e dizia pra mãe que a professora era ruim! Ela falava ‘não vai meu filho, não vai’. Eu já queria pescar e hoje estou aqui”. Mudando de tom, ele continua: “Mas eu sempre aviso às outras gurizadas que vêm vindo que não dá para tirar para profissão. Isso aí não dá mais. O tempo bom já passou”. E ensina: “Hoje tem que estudar; naquele tempo não precisava; estudava até a terceira, quarta série, que foi meu caso, e já estava bom. Isto eu aviso pros meus filhos: tem que ter estudo”. Com 51 anos de vida e 37 de pescaria, o profissional constata que a pesca artesanal, diante das grandes empresas pesqueiras, não tem mais lugar no mercado. “É muito sofrido, é muito sofrido”, lamenta.

Parceria afetiva – A relação dos pescadores artesanais de tarrafa com os golfinhos ultrapassa a de cooperação: é também um vínculo de amizade construído no dia a dia das águas turvas do rio Tramandaí. Os pescadores reconhecem cada boto e dão nome a alguns deles: Geraldona, Rubinha, Coquinho, Bagrinho, Chiquinho e Riscadinho. De acordo com o professor Ignácio Benites, responsável pelo *Projeto Botos na Barra*, essa identificação se dá pelo comportamento dos animais; os pesquisadores, porém, o fazem a partir de marquinhas e das nadadeiras dorsais.

O golfinho mais famoso e antigo é a Geraldona, que no início foi chamado de Geraldão. Ignácio explica que os pescadores sempre dão nome masculino aos botos, mas quando o “Geraldão” apareceu com filhotes na barra se tornou Geraldona. Para o biólogo, a fêmea teve um papel importante na continuação da pesca cooperativa; a maior parte dos animais que frequentam a barra hoje são filhotes ou netos dela. Para o docente, é preciso ensinar os botos e aprender com eles. Atualmente, a partir de estudos mais precisos feitos pelo projeto, se sabe que 16 golfinhos frequentam a barra. Ignácio comenta que nem todos estão na região o tempo todo, mas alguns são mais frequentes.

Há muita história de pescador difícil de acreditar: um conta que um boto jogava os peixes no pátio da sua casa (localizada à beira do rio); outro relata que um boto já se comunicou com ele. Mas há uma história que é passível de confirmação: o cachorro de um pescador avisava o dono quando o Lobisomem entrava na barra. Quem confirma o relato é Maurino, que conheceu muito bem esse mamífero aquático. O pescador, inclusive, lembra que cansou de estar em casa, olhar a maré, sentir o vento e pensar: “Bah! Essa maré aqui é do Lobisomem. Ele vai entrar agora. E eu pegava a bicicleta e ia. O pessoal brincava: ‘Tu só chegou e o boto está chegando junto’”. O pescador lembra com afeto do golfinho: “Eu fiz muito dinheiro com esse boto, ele era muito bom. Eu já cheguei à tarrafada de 105 tainhas com ele”. Em 2005, Lobisomem foi encontrado morto na barra do rio Tramandaí por Maurino. O

golfinho foi levado para o centro de reabilitação do CECLIMAR (Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos). Estava com lobomycosis, uma doença que pode estar ligada à poluição da água. O professor Ignácio relata que os pescadores tinham um carinho muito grande por ele e dizem que até hoje não existiu um boto como o Lobisomem: trazia peixe grande, sabia pescar. Muitos pescadores foram ao CECLIMAR junto com seus filhos para se despedir do boto: “Choravam como se tivessem perdido um parente”.

A pesca cooperativa é muito significativa para a subsistência dos pescadores artesanais. Como a água do rio Tramandaí é turva, eles não enxergam onde os cardumes estão, apenas conseguem localizar os peixes com a ajuda dos botos. Para se ter ideia, Maurino conta que, quando há cooperação, 10 ou 15 tarrafadas bastam para tirar a produção do dia. “Sem boto, a gente dá 400, 500 tarrafadas ou mais para pegar um, dois, cinco peixes. E é bem sofrido”, explica.

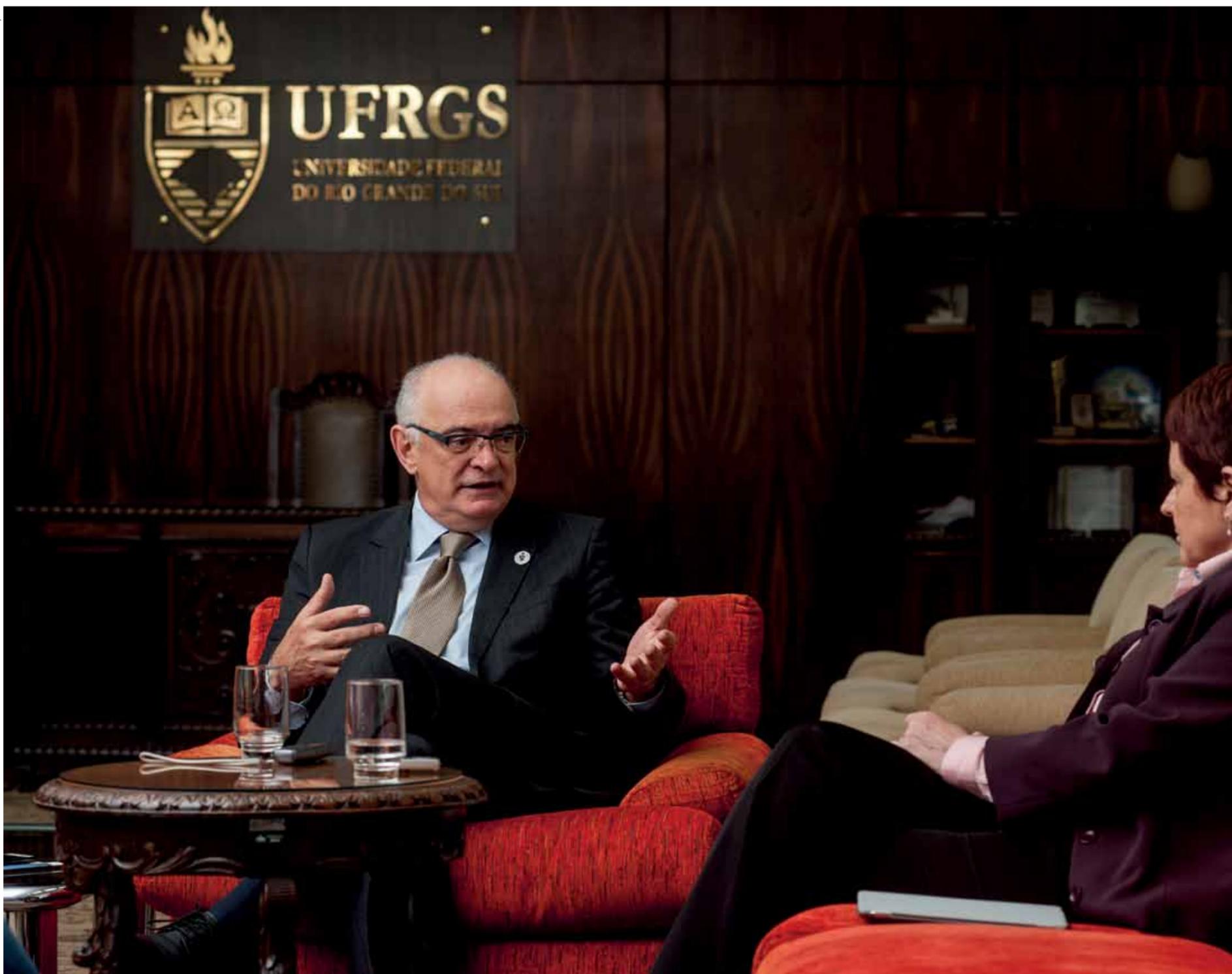
Trabalho de preservação - O *Projeto Botos da Barra* nasceu oficialmente em 2015 pela iniciativa do professor do Departamento de Zoologia e pesquisador do CECLIMAR Ignácio Benites. Em 1991, quando entrou na Universidade, conheceu os botos e os pescadores da barra. O trabalho de preservação conta com o patrocínio da Transpetro e do Ministério da Educação e com o apoio das prefeituras de Imbé e Tramandaí.

Para conservar os botos-da-tainha e a pesca cooperativa, o projeto de extensão trabalha em quatro principais frentes: educação

ambiental, com crianças de escolas de Imbé e Tramandaí; monitoramento da barra, contabilizando o movimento de pessoas e embarcações no local; fortalecimento da pesca cooperativa junto com os pescadores; e zoneamento da barra, divulgando as leis de usos do lugar (como a proibição de jet ski e lancha) para turistas e moradores. A proposta do grupo – que conta com dez bolsistas – é atingir todos os públicos da região. “Nenhum projeto de conservação da vida selvagem funciona se não forem considerados os fatores locais. Nós não podemos mais viver num ambiente natural sem a presença do ser humano. No geral, nós vamos ter que gerenciar conflitos nos lugares em que o ser humano está inserido. Ele não é um problema, é parte da solução”, afirma Ignácio.

Fortalecer a pesca cooperativa é um dos maiores investimentos que o *Botos da Barra* está realizando. “Se não tiver pescador, não tem boto”, conclui o professor. Então, surgiu a ideia de uniformizar os pescadores com jaqueta e macacão com a marca “Pescador Amigo do Boto”. O propósito é estimular turistas e moradores a comprarem a tainha da pesca cooperativa em vez do peixe pescado de forma predatória, feita por arrasto. Segundo o biólogo, quem compra desses trabalhadores colabora para construir um produto sustentável, ajuda o pescador artesanal a sobreviver e a preservar a fantástica interação entre animal e homem. Como o experiente pescador Maurino Francisco ensina: “A barra sem boto não é nada”.

Cássia de Oliveira, aluna do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Sobre cinco pilares

Administração *Colaboração, ética e transparência são princípios que balizam as ações da nova ad*

Jacira Cabral da Silveira e
Felipe Ewald

No dia 29 de setembro foram empossados o novo reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, e a sua vice, Jane Tutikian, para o quadriênio 2016-2020. Formado em Odontologia pela Universidade, Rui ingressou como professor titular desta instituição em 1983. “Hoje me dou conta do quanto isso teve um significado importante para a minha carreira, porque assumi responsabilidades que um professor titular deve ter, de não só trabalhar como pesquisador e professor, mas também de ter um compromisso institucional, isto é, colaborar com sua experiência para a construção da universidade”, pondera. Também formada pela UFRGS, Jane ingressa como professora do Instituto de Letras (IL) da Universidade em 1993, unidade onde realizara

sua graduação e pós-graduação. Assim como Rui, ela passou pela experiência de diretora da sua unidade: “Fiz uma série de atividades que me possibilitaram conhecer o funcionamento do IL e também estabelecer um diálogo com as outras unidades do Câmpus do Vale, além de conhecer o funcionamento da própria Universidade”. Em entrevista ao JU, realizada no salão nobre da reitoria, eles conversaram longamente sobre desafios e projetos para os próximos quatro anos.

No programa de campanha dos senhores, são apontados cinco pilares de atuação. Por que tais aspectos assumiram caráter relevante para a presente gestão?

JANE: O primeiro pilar é a *excelência acadêmica e a internacionalização*, que são fundamentais para uma universidade que tem o perfil da UFRGS – uma grande instituição focada no

ensino, na pesquisa e na extensão. Outro pilar é o da *gestão*. Diante dos novos desafios, precisamos de uma gestão que busque efetivamente um aperfeiçoamento da governança, da gestão de pessoas, da comunicação, da infraestrutura, da sustentabilidade. Não há como se desvincular essa proposta de se repensar um grande projeto de gestão que corresponda integralmente aos novos tempos, tanto no que diz respeito a se gerarem condições de conhecimento, de ampliação de pesquisa e de extensão como também de responder à própria comunidade interna e externa, cujas demandas em relação à Universidade hoje são outras. O terceiro pilar é *tecnologia e inovação*. Investimento que exige um bom planejamento estratégico, que já está sendo realizado; precisamos firmar alianças que venham em benefício da Universidade, mas que também sejam uma resposta à sociedade, sobretudo

no sentido de se tentar dinamizar e facilitar a relação com a empresa, o que vai reverter no avanço científico e tecnológico da própria Universidade. Isso significa investir no parque tecnológico. Um aspecto muito caro para mim é justamente a questão da valorização das áreas de humanas, que tendem a ficar na sombra. Como quarto pilar, queremos *dar um valor especial à cultura, às artes, ao próprio pensamento*, no sentido de se buscar uma maior justiça social. O quinto pilar envolve o *bem-estar social e a inclusão*, e aí há todo um trabalho para se fazer. Já começamos a discutir, por exemplo, um código de ética do servidor da UFRGS.

Como avaliam o cenário da Universidade, a partir do qual darão início às suas ações?

RUI: Vivemos um momento de transição. As Instituições Federais de En-

sino Superior (IFES) estão passando pelo período pós-REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que estimulou a expansão e a qualificação das IFES. Quem viveu o período pré-REUNI sabe muito bem o estado quase falimentar da nossa infraestrutura, a dificuldade de reposição de pessoal docente e técnico-administrativo e a quase absoluta falta de uma perspectiva de investimentos. O REUNI criou esse momento especial, e a Universidade aproveitou muito bem. Contratamos mais de mil novos servidores, ao ponto de hoje quase 50% do quadro ter ingressado nos últimos dez anos. Agora chegamos ao momento da travessia. Esse legado de docentes e técnicos administrativos jovens, que têm uma perspectiva de construção de carreira acadêmica e profissional para os próximos 30 anos, é um dos

significa construir lideranças – o que não significa que sejam capitalistas tão somente. Uma das ações mais bem-sucedidas nesse sentido é a da economia solidária, que é um programa empreendedor e trabalha com famílias de agricultores.

E quanto a pendências, como o prédio de salas de aula no Câmpus Centro, como pretendem solucioná-las?

RUI: O prédio de salas de aula está interdito na Justiça Federal. Nesse momento, a única razão da interdição é a falta do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI). Uma vez liberado o PPCI, vamos à Justiça Federal solicitar a liberação do prédio. Outra questão: recentemente foram retomados os trabalhos do novo prédio do ICBS. Essa obra é estratégica porque, quando estiver terminada, o prédio da antiga Medicina no Câmpus Centro ficará desocupado e poderá despressurizar todas as demandas ainda reprimidas no câmpus, de tal maneira que a gente possa pensar em centros culturais, institutos de arte, salas de aula e outros empreendimentos.

“Vamos criar um conselho por câmpus para delimitar propostas.”

Jane

JANE: Ainda em relação à infraestrutura, vamos criar um conselho por câmpus no sentido de se fazer um levantamento e delimitar propostas para tentar resolver essas questões, pelo menos as mais imediatas. Ou seja, é a própria comunidade que vai determinar as prioridades.

Quais são as prioridades da nova gestão?

RUI: No aspecto administrativo, a professora Jane já colocou que são os conselhos que vão nos ajudar a fazer a definição de prioridades para a infraestrutura. Esses conselhos representam um aporte importante à Suinfra, que dessa maneira terá como dialogar com as necessidades de cada câmpus. Outra questão fundamental é a Central de Atendimento ao Aluno, congregando o atendimento aos alunos da graduação e da pós-graduação de tal maneira que num único local eles possam resolver todas as suas questões, seja virtual, seja presencialmente. Isso também vai redefinir o trabalho de algumas pró-reitorias, que, em lugar de ficar apenas atendendo alunos, terão oportunidade de fazer mais. Nós também queremos consolidar o Câmpus Litoral Norte, até porque ele está numa fase de expansão definitiva e precisamos de infraestrutura para acolher todos os novos alunos. O governo federal está apontando para uma avaliação bastante crítica dos novos câmpus criados nas universidades no Brasil, exigindo que eles tenham a sua justificativa plenamente atendida, porque também não se pode pensar em manter uma estrutura dessas sem ter toda a atividade própria de uma universidade, que inclui ensino, pesquisa e extensão. Sob o ponto de vista ainda da infraestrutura, a biblioteca do Câmpus do Vale será a primeira das novas obras. Em outra frente, a Pró-reitora de Assun-

tos Estudantis está empenhada em estimular o esporte universitário. Nós queremos povoar o Câmpus do Vale e o Câmpus Litoral Norte nos finais de semana com atividades de todos os tipos, que não só futebol. Também estamos propondo uma discussão na comunidade sobre o resgate do trabalho voluntário, que não é algo descomprometido, mas um trabalho que compreende envolvimento. Por exemplo, um mutirão, uma intervenção dentro de uma comunidade, enfim, organizações que permitam que a gente possa expressar a nossa cidadania sem necessariamente receber uma remuneração pecuniária.

JANE: Para completar, eu acho que também seria interessante dizer que a nossa prioridade é melhorar a comunicação interna, no sentido de se exercer mesmo a transversalidade, de se conseguir colaboração entre unidades. Também é prioridade trazer à discussão os assuntos mais candentes do momento. Esse é um papel da universidade, conversar com a sua comunidade, discutir com a sociedade temas prementes. Nesse sentido, a UFRGS está promovendo um colóquio para discutir a medida provisória da reforma do Ensino Médio e tirar uma carta que seja a posição das universidades da Região Sul.

RUI: Outro tema muito relevante é a intolerância. Nós estamos preocupados com as demonstrações de intolerância que estão acontecendo na UFRGS. Claro que elas são impregnadas do espírito que a gente vê na sociedade, mas a Universidade tem capacidade de oferecer alternativas para a questão da construção de menos intolerância em todos os seus aspectos.

Como pretendem conquistar o grande número de votos, especialmente entre técnicos e alunos, que foram direcionados a outros candidatos?

RUI: Nós estamos passando na Universidade por uma situação bastante crítica na relação dos servidores técnico-administrativos não só com a reitoria, mas com a administração pública. Quando fomos instados a fazer o registro eletrônico da frequência dos servidores, criamos uma área de dificuldade no relacionamento. Isso se estendeu e impregnou necessariamente a campanha. Em menos de um ano, nós não vencemos ainda essa etapa de definir como é que vamos trabalhar a questão da frequência, porque a ela também está vinculada a questão da flexibilização, que tampouco está resolvida. Sobre essa questão, nós estamos construindo para permitir que ela se faça dentro da perspectiva legal. De repente alguém que diz, na campanha, que não vai cobrar o ponto e vai flexibilizar para todo mundo, essa se torna uma proposta tentadora. Com relação à questão dos estudantes, aí entra um fato inédito na Universidade: os sindicatos e o diretório central se uniram em torno de uma candidatura e com intervenção direta da política. Não há nenhum reparo a isso, mas é evidente que no momento em que isso é feito, da forma como foi feito, aí, sim, há vários reparos. O diálogo que se poderia ter construído não houve, o que explica a razão de a gente não ter tido a maioria dos votos no segmento dos estudantes e dos técnicos. Mas eu acho que são pontos circunstanciais a serem superados, e posso dizer com tranquilidade, com grande alegria e com grande expectativa, que nós já temos uma proposta que está sendo

conversada com a Associação dos Servidores (ASSUFRGS). É uma mesa de conversação de caráter permanente para que a gente possa fazer a superação dessas questões num diálogo maduro, numa visão de que a nós todos interessa a solução. O diálogo se constrói em bases permanentes e sem nenhum ressentimento. A campanha terminou, é página virada; nós estamos trabalhando. E todo mundo está reconhecendo que assim vai ser.

E a questão da paridade, professor?

RUI: A questão da forma de escolha do reitor e vice-reitor – a paridade é uma das formas, 70/30 é outra, e existem outras tantas – é uma discussão que nós vamos fazer com a comunidade universitária. E, quando falo comunidade, me refiro a estudantes, técnicos e docentes. Como é que nós vamos fazer isso? Nós temos o ILEA, nosso centro de altos estudos, que pode participar conosco da elaboração de colóquios, seminários, conferências. Queremos trazer diferentes instituições universitárias com modelos diferentes do nosso para que possamos conversar e aprender com eles os riscos e benefícios que implicam. Queremos trazer o Ministério da Educação para se posicionar. Queremos trazer a representação política, que tem a responsabilidade, por exemplo, de modificar a Lei de Diretrizes e Bases, porque está nela a raiz desse problema. Então, é uma situação que não vamos deixar para dezembro de 2019. Ela já está sendo trabalhada na forma de buscarmos organizar uma estratégia para fazer esse debate. E na organização desse debate queremos a participação de todos os sindicatos. A nossa esperança é que muito rapidamente a gente tenha uma proposta a oferecer ao Conselho Universitário (Consun). É uma questão que não se pode deixar que se tome como bandeira de um ou de outro segmento; é uma questão da Universidade.

“A questão da forma de escolha do reitor é uma discussão que vamos fazer.”

Rui

JANE: Eu queria colocar, com relação à mesa permanente de negociações, que há um entendimento comum, e isso nos deixa muito satisfeitos. Trata-se da compreensão de que, num momento de crise, nós temos de nos unir, e não nos separarmos. Eu acho que esse princípio é fundamental para tudo o que se vá negociar daqui para a frente. Tanto a ASSUFRGS quanto a administração têm esse entendimento. A situação no Brasil é difícil, e se nós tivermos fragmentação e ruptura interna será muito mais difícil enfrentar esses desafios. Esse ponto de partida é fundamental.

RUI: Nós temos um belo exemplo de que essa prática de diálogo foi efetiva. Nossa posse se deu com a reitoria ocupada pelos estudantes que tinham proposições com relação ao que estava sendo colocado no Consun com relação às cotas. Foi construído um diálogo entre a administração da Universidade, os ocupantes e os movimentos que eles representavam

e o Conselho Universitário. Desse diálogo surgiu a proposta de melhoria do que ali estava colocado e, sem dúvida nenhuma, qualificou o que tinha sido proposto originalmente. O Consun entendeu isso como melhoria, aprovou in totum, e, ato contínuo, os estudantes desocuparam a reitoria. Não teve polícia federal, não teve justiça, o que houve foi diálogo. E eu fico muito feliz que fizemos isso em um momento de extremo estresse para nós dois, que estávamos assumindo a reitoria. Então não é só discurso, é prática também.

Há perspectivas de avanços quanto às políticas voltadas à permanência no âmbito das ações afirmativas?

RUI: Esse é o desafio número dois. O primeiro era o da inclusão, e acho que esse desafio está garantido e até qualificado com a decisão do Consun agora aprovada. A questão da permanência é de múltiplas origens: tem a questão da assistência estudantil, que implica recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do qual é prevista redução, por isso temos de racionalizar esse investimento. Estamos esperando a aprovação do orçamento da União para ter noção do montante que o PNAES vai destinar à Universidade. É evidente que o aluno vulnerável econômica e etnicamente tem prioridade, porque é um aluno que, nesse aspecto, tem de estar resguardado para que não ocorra a evasão. Mas há outros aspectos que também são muito importantes: o acolhimento e a integração do aluno na Universidade são grandes desafios. A universidade precisa ter nos alunos cotistas uma comunidade que veja como sua, e o cotista se veja dentro da universidade. O cotista não pode pensar assim: “Eu tenho que me enquadrar aqui, aqui, aqui, ou ali, mas eu tenho que me enquadrar como eu sou”. E esse é um desafio muito interessante e novo para a universidade, assim como é nova a política de ações afirmativas. E, novamente, essa é uma questão que precisa ser construída pelo diálogo. A representação dos cotistas, a sua forma de trabalhar, sua forma de estar aqui precisam ser identificadas e estimuladas para a sua permanência. A CAF – Coordenadoria das Ações Afirmativas – mostrou nas suas avaliações que o desafio acadêmico do cotista é muito semelhante ao dos não cotistas. Cálculo é ruim pra todo mundo; álgebra é ruim pra todo mundo – é claro que a gente precisa ter ações para diminuir esses nós críticos que produzem muita evasão e também retenção.

JANE: Tem-se uma tendência muito grande de dizer que a evasão está ligada aos cotistas. Absolutamente, a variável de evasão não são os cotistas; a grande variável é o próprio curso. Aqueles que têm cálculo têm evasão maior. A tendência dos cursos de licenciatura é de uma permanência muito grande. Quanto ele pode permanecer? Isso é reflexo do mercado de trabalho. Mas reforço acadêmico, que tem a ver com permanência, isso já estamos trabalhando. Sobre o próprio Programa de Apoio à Graduação, estamos querendo fazer tutorias em menores grupos.

RUI: Tutoria é uma ferramenta que julgo fundamental; ninguém melhor que outro aluno que já passou pelo cálculo para mostrar como é que se faz, porque o professor tem o seu discurso, o aluno, a sua tradução.

ES
ministração

potenciais mais importantes. É claro que recursos financeiros também são, mas os recursos humanos são um legado que poucas instituições têm com a oportunidade que nós temos. Nosso primeiro desafio é dar condições a que esse potencial humano herdado do REUNI tenha possibilidade de expressão da sua natureza acadêmica, intelectual e profissional. Essas condições têm que ser dadas via recurso – e essa é uma grande preocupação, porque sabemos que houve uma restrição na proposta orçamentária para 2017, com redução de custeio e de investimento em capital. Outro aspecto fundamental é a oportunidade de buscarmos recursos para além dos tradicionais orçamentários, por meio da participação em editais nacionais e estrangeiros. Precisamos de novos aportes e parcerias. Ainda dentro dos desafios, há outro aspecto importante: o empreendedorismo, que para nós

Acordo possível

Alexander Arciniegas*

O resultado do Plebiscito na Colômbia deixou perplexa a comunidade internacional. Como explicar a negativa a um acordo de paz que terminaria com uma guerra de mais de 50 anos, que já deixou 220 mil mortos e seis milhões de deslocados internos? Quais os desdobramentos posteriores à vitória do Não? E qual o futuro da negociação?

Por trás desse fato político, temos um conjunto de fatores. Para começar, o tempo foi insuficiente para informar à população o conteúdo das 297 páginas dos acordos e mobilizá-la eleitoralmente. Isso, em boa medida, pode ter influenciado a abstenção de 63%.

Por outro lado, boa parte do eleitorado que optou pelo Não fez um voto de protesto contra o governo do presidente Juan Manuel Santos, que tem uma média de desaprovação superior a 60%, resultante da sua política econômica e fiscal neoliberal, num contexto de baixo crescimento e de escândalos de corrupção.

Também é importante considerar o efeito de um conflito tão longo e degradado nas percepções e opiniões das pessoas, ainda mais levando em conta a polarização incentivada pelo governo Uribe durante a década de 2000. Este soube tirar proveito das estratégias que as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) iniciaram em 1982 e aplicaram com maior força entre 1996 e 2002: a partir do envolvimento com o narcotráfico, da prática de sequestros e ataques a bombas em centros urbanos, buscaram chegar ao poder pelas armas a despeito de os efeitos de suas ações bélicas terminarem erodindo a sua legitimidade social. Dessa forma – e apesar dos fatores estruturais, como exclusão política e tenência da terra, que servem de pano de fundo ao conflito –, uma grande maioria dos colombianos, principalmente nos centros urbanos, distan-

tes dos territórios onde a guerra acontece, rejeita as FARC e se nega a conceder-lhes legitimidade política.

Por trás do Não no plebiscito está também o poder de setores da elite política, de empresários e grandes proprietários rurais, muitos deles acusados de terem vínculos com narcoparamilitares. Esse setor fez contínuas críticas aos elementos estruturais do acordo: política agrária, participação política, fim do conflito, drogas e justiça transicional. Destes, os que mais parecem incomodar são: a participação política dos comandantes das FARC em 10 cadeiras no Congresso (de um total de 268), a partir de 2018 – o argumento daqueles setores é de que assim se premiaria o delito e se geraria impunidade –; as iniciativas de desenvolvimento rural com a atualização do registro das propriedades rurais e a entrega de três milhões de hectares de terras a camponeses pobres; e os mecanismos de justiça transicional.

As medidas orientadas ao setor rural, que vêm ao encontro da Lei 1.448 de 2011 (Lei de Terras), são urgentes num país em que, de acordo com o Coeficiente de Gini, a concentração da propriedade rural teve aumento, por conta do conflito, de 0,86, em 1970, para 0,96, em 2014, ou em que as unidades maiores de 1.000 hectares, entre elas a fazenda do ex-presidente Uribe, concentram 73% de todas as terras do país: 81 milhões de hectares. No entanto, para o uribismo, as medidas previstas ameaçariam o direito de propriedade, sob o argumento de que aqueles que reclamam suas terras de volta seriam membros das FARC.

No que tange ao componente da justiça transicional dos acordos, inspirado no modelo da África do Sul, tanto os membros das FARC como integrantes das Forças Armadas (FFAA) que comparecessem perante a Jurisdição Especial de Paz poderiam receber benefícios punitivos em troca de oferecerem verdade e reparação a suas vítimas. Esse ponto preocupa Uribe, porque este poderia ser jul-

gado por crimes executados por integrantes do Exército durante seu governo – por exemplo, os 3.000 assassinatos de civis que eram falsamente apresentados como integrantes da guerrilha para aumentar o número de baixas em combate e receber incentivos econômicos. Por esses assassinatos, mais de 4.000 militares já estão sendo processados.

Esse mesmo segmento político e empresarial, fortemente reacionário e representado por Uribe e seu partido Centro Democrático, desenvolveu durante a campanha do Não uma estratégia questionável que consistia em não explicar os acordos e mentir a respeito do seu conteúdo com o fim de provocar indignação e medo na população. Uma das mentiras afirmava que, caso o Sim ganhasse, a Colômbia se tornaria uma ditadura comunista e homossexual.

Nessa ordem, a questão de gênero, inserida como um elemento transversal dos acordos para reparar as mulheres enquanto principais vítimas do conflito, foi descharacterizada pelos promotores do Não. Isso promoveu, por exemplo, a oposição de boa parte das 6.000 igrejas evangélicas que reúnem aproximadamente cinco milhões de pessoas, ou seja, 10% da população do país. Nesse sentido, é importante ressaltar a proximidade de algumas dessas igrejas com o ex-presidente Uribe, como a Igreja “Misión Carismática Internacional”, liderada por Cesar Castellanos e sua esposa, Claudia Castellanos, que, inclusive, foi embaixadora de Uribe no Brasil entre 2004 e 2005.

Por outro lado, seus desdobramentos têm sido tão inusitados quanto o resultado do plebiscito. Para começar, a declaração do gerente de campanha do Não, contando as estratégias usadas para enganar o eleitorado, deslegitima o resultado. Temos também o despertar da mobilização cidadã, ausente durante os quatro anos da negociação e que agora marca presença nas ruas das principais cidades colombianas para exigir o fim da guerra. Há, ainda, o paradoxo de

um presidente que, sem desconhecer seus méritos, recebe o Prêmio Nobel logo após perder o plebiscito; ao mesmo tempo, no momento de maior incerteza política, o Exército de Libertação Nacional (ELN) decide respaldar a política de paz do governo e abrir outra mesa de negociação.

Dessa forma, para pensar no que pode ser o futuro da paz, é bom apontar que a estratégia de Santos de abrir um diálogo com os representantes do Não – em três frentes distintas: o ex-presidente Pastrana, as igrejas evangélicas e o uribismo – sugere uma aposta em aproximar os segmentos moderados, fazendo alguns ajustes no acordo sem sacrificar sua essência, ao mesmo tempo em que, por outro lado, enfatiza a manipulação do eleitorado por parte do uribismo e tenta isolar Uribe, o qual parece ter a intenção de dilatar a negociação até o ponto em que ela se rompa, no intuito de aproveitar essa nova frustração para voltar ao poder. De fato, as “alternativas” apresentadas por Uribe, respondendo ao chamado de Santos depois da vitória do Não, apontam mais para a rendição das FARC do que para uma negociação.

Essa intransigência de Uribe, o forte respaldo internacional, a pressão contínua das mobilizações, o apoio da cúpula das FFAA e uma ampla e heterogênea base parlamentar que garante maioria no Congresso oferecem a Santos a margem de manobra necessária para implementar os elementos essenciais dos atuais acordos antes do final de 2016, pressionado, entre outras razões, pela necessidade de concretizar a sua principal iniciativa, mas também pelo fato de que os membros das FARC não podem permanecer indefinidamente nas zonas de “pré-agrupamento”. Igualmente, é urgente oferecer um cenário claro para a missão de verificação da ONU, que já teve de readaptar seu mandato às novas circunstâncias.

* Pós-doutorando no departamento de Ciência Política da UFRGS (Bolsista PNPd CAPES)

FOTO: KARINA SGARBI



Nas ruas de Cartagena, Colômbia, cartazes da campanha que pedia aprovação do Acordo de Paz no plebiscito ocorrido em outubro



FLÁVIO DUTRA/JU



Todos fazemos pesquisa

A técnica Divair Doneda, que trabalha na Faculdade de Medicina, coordena dois projetos de pesquisa, e sua equipe conta com um bolsista de iniciação científica

Técnicos administrativos Servidores da Universidade coordenam e desenvolvem projetos em diversas áreas

Everton Cardoso

Segundo dados da Pró-reitoria de Pesquisa, 23 servidores que compõem o corpo técnico-administrativo da Universidade coordenam projetos de pesquisa atualmente. Se considerado o número total desses servidores na UFRGS – são 2.652 em atividade –, perfazem 0,87%. Ao contrário do que muita gente pensa e do que o pequeno número mostra, essa é uma possibilidade de atuação para qualquer integrante do quadro de servidores da UFRGS, independentemente do cargo que ocupe. De acordo com o membro da Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos técnicos administrativos Silvio Corrêa, há, no plano de carreira da categoria, previsão legal de que atividades dessa natureza sejam desenvolvidas também por esses colaboradores das instituições federais de ensino superior. “Isso está previsto em vários momentos na legislação como atribuição dos cargos dos técnicos. Não são concessões”, diz. Essa é uma realidade que inclui servidores

que sempre atuaram em investigação e que inclusive integram, nas unidades de lotação, as Comissões de Pesquisa. “Todos nós, em alguma medida, fazemos pesquisa. Temos de nos manter atualizados sobre legislação, normas internas e outros assuntos. Precisamos nos unir e nos valorizarmos”, assevera sobre uma possibilidade de atuação que considera um direito. E opina: “A universidade só é de excelência pelo fazer de todos envolvidos”.

Qualificação e iniciativa – Para integrar projetos de pesquisa, os componentes do quadro técnico-administrativo não precisam ter uma titulação específica. Para coordenar, porém, precisam ter no mínimo mestrado. Há a necessidade de título de doutor apenas para editais específicos e, também, para poder orientar bolsistas de iniciação científica. Atualmente, 12 mestres exercem essa função de gestão em iniciativas em pesquisa; os demais 11 são doutores. Na avaliação do vice-pró-reitor de Pesquisa da UFRGS, Bruno Cassel Neto, esse número é muito baixo, ainda que já se perceba uma mudança. Isso porque, nos últimos anos, tem havido um crescente ingresso de servidores técnico-administrativos com estudos de pós-graduação em andamento ou concluídos. “Mesmo que não atuem em laboratórios, já têm outro olhar sobre a investigação pela própria formação acadêmica com a qual entram na Universidade, o que se percebe rapidamente”, avalia. Essa capacitação, inclusive, em muitos casos, é fomentada pela própria Universidade, por meio das políticas de incentivo vinculadas à Escola de Desenvolvimento de

Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EDUFRGS). “Isso deve crescer muito mais no decorrer dos anos, havendo a continuidade de entrada de pessoas já com qualificação acadêmica consolidada”, prevê. E se diverte: “Basta ter uma ideia na cabeça. Muitas vezes, pela rotina do fazer, não nos damos conta de quanto material passa por nossas mãos e que pode ser um projeto de pesquisa. Pode-se estudar e criar em cima disso”.

Bruno também destaca que a Universidade, por meio das políti-

cas de fomento da Pró-reitoria de Pesquisa, oferece um conjunto de oportunidades para que servidores – sejam docentes ou técnicos – possam desenvolver suas atividades investigativas. Há, por exemplo, a possibilidade de compra de alguns tipos de materiais necessários para projetos e experimentos – desde que sejam materiais de consumo e não estejam disponíveis no Almoxarifado Central. É possível, ainda, que o servidor realize visitas técnicas a outras instituições com vistas ao aperfeiçoamento de seus

conhecimentos e receba auxílio financeiro para apresentar trabalhos em eventos científicos no Brasil e no exterior. Atualmente, praticamente todos os solicitantes desses auxílios, que são fornecidos em forma de diárias, são contemplados. De acordo com Bruno, isso se deve ao baixo número de técnicos administrativos que encaminham processos de solicitação. No caso de um crescimento de demanda, porém, aqueles que têm vínculos com grupos e projetos de pesquisa passam a ter preferência.

No cotidiano profissional

O assistente em administração Everson Vieira dos Santos coordena o projeto *Índice de preços ao consumidor (IPC) e Cesto básico*. Na UFRGS desde 1982, o servidor está vinculado ao IEPE (Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas), da Faculdade de Ciências Econômicas. Na iniciativa que o mestre em Desenvolvimento Rural e doutor em Economia coordena, uma equipe de servidores e bolsistas é responsável por fazer levantamentos e chegar a um conjunto de dados sobre inflação que servem como referência a diversos setores. “O IPC e o Cesto Básico servem como indexadores de contratos; cartórios da capital usam como referência para reajustar os valores de seus serviços. O Governo do Estado os utiliza para reajustar o vale-alimentação dado aos servidores”, relata sobre o trabalho que considera de bastante responsabilidade e que, ao mesmo tempo, é bastante valorizado. A metodologia de pesquisa inclui saídas semanais para visitar estabelecimentos comerciais que pratiquem preços ao consumidor. A partir disso é que calculam a variação de preços de cada produto do cesto básico e a variação do índice. Entre suas atividades, Everson cita a necessidade de captar parceiros, de organizar a metodologia e aplicá-la, e de tornar público o trabalho que desenvolvem. Ao refletir sobre os resultados de sua atuação em pesquisa, o técnico administrativo diz que, entre outras coisas, a busca por uma formação em pós-graduação é fundamental. “As dificuldades ficam menores. Conseguem-se visualizar novos horizontes, inserir novos trabalhos, modificar, enfrentar novos desafios

– inclusive para outros segmentos de mercado. Tudo contribui”, avalia.

Na UFRGS desde 2011, a nutricionista Divair Doneda está lotada na Faculdade de Medicina, onde integra o Núcleo Técnico-científico. Atualmente, a doutora e mestre em Medicina coordena dois projetos de pesquisa. O primeiro deles é intitulado *Avaliação de produtos de panificação com reduzidos teores de fenilalanina para pacientes com fenilcetonúria* e, em sua equipe, conta com um bolsista de iniciação científica. Nessa investigação, desenvolvem alimentos para pessoas que têm restrições severas – no caso deste estudo, um problema genético que pode levar inclusive a danos cerebrais. “Fizemos diversos testes e de diversas maneiras para alimentos que contemplassem pacientes com essa condição. Encontramos uma formulação adequada, e ela agora está numa etapa de avaliação química”, conta. Para Divair, o projeto é uma oportunidade de aliar os conhecimentos aprofundados em genética que adquiriu em sua formação em pós-graduação e o fato de trabalhar em um laboratório. No outro projeto, também junto com uma equipe maior, analisa o uso da educação a distância em cursos de Nutrição no Brasil. “Gosto muito de pesquisa. Quando cheguei, comecei a me envolver em projetos que já existiam e a participar na elaboração de outros. Em função disso, resolvi fazer o meu próprio. Tenho tido bastante apoio dos colegas, e eles veem como uma maneira de somar. Isso tudo reverte em mais trabalhos realizados no laboratório”, relata.



Jogando como uma menina

Futebol Livro expõe a situação das mulheres no esporte mais popular do país

Uma das instâncias da sociedade em que preconceitos aparecem com maior força é o futebol. O machismo e a homofobia ainda são parte do cardápio das torcidas por todo o solo tupiniquim. O reflexo da prática desse esporte nas arquibancadas serve para reforçar a masculinidade e o aspecto viril dos homens. Estudos, porém, vêm evidenciando a quebra desse status ultrapassado.

O livro *Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol*, organizado pela jornalista Cláudia Samuel Kessler em parceria com a Editora da UFRGS, traz inúmeros artigos acadêmicos que buscam desmitificar a visão comum de que mulher não tem espaço, até pouco tempo atrás, nas impenetráveis quatro linhas. Tessler comenta que prefere utilizar o termo “futebol de mulheres” – porque ele se refere à expressão de masculinidades e feminilidades em corpos de mulheres, ampliando a visão corriqueira restrita a uma feminilidade tradicional – em vez de “futebol feminino”.

O livro é formado por artigos acadêmicos escritos por diversos autores, que mostram a realidade das mulheres no futebol, desde a quebra do estereótipo da mulher aceito nos gramados, passando pelas mulheres na arbitragem até chegar a peneiras, treinamentos e o dia a dia de clubes como o

Santos e o Foz Cataratas.

As mulheres estão conquistando espaço no meio futebolístico, mas o progresso ainda se dá de forma lenta. Para Cláudia, há desinteresse por parte das representações políticas que comandam o esporte, as quais são majoritariamente conduzidas por homens. “Enquanto eles não perceberem os benefícios de ter também mulheres praticando o esporte que é considerado ‘paixão nacional’, seremos uma nação excludente e egoísta em relação aos privilégios. Esse quadro exclui não apenas mulheres, mas muitos homens, a maioria dos quais não tem a mesma habilidade demonstrada pelos jogadores da série A do Campeonato Brasileiro, considerado o ápice futebolístico no nosso país”, pondera.

Estímulo – A Confederação Sul-americana de Futebol (CONMEBOL) passa por um período de reformulação em suas competições. Uma das mudanças foi anunciada recentemente e prevê que, a partir de 2019, os clubes classificados para a Copa Libertadores da América para homens só poderão disputar o torneio se tiverem um time feminino em atividade. Caso isso não ocorra, a vaga vai para outro clube. “Medidas como essas são importantes, pois fornecem acesso a espaços historicamente negados às mu-



OSMAR MOREIRA DE SOUZA JUNIOR/ARQUIVO PESSOAL

Foto que ilustra o capítulo O canto das sereias, em que é mostrada a realidade do time de mulheres do Santos. As jogadoras são conhecidas como “Sereias da Vila”

lheres. Precisamos acompanhar atentamente se esse incentivo será apenas para ‘inglês ver’ ou se se constituirá um conjunto de medidas sérias, com impacto relevante e de longo prazo para a promoção do futebol de mulheres”, alerta Cláudia.

Publicações como esta nos mostram que a mulher pode ser referência no futebol – e não ser lembrada apenas quando se tratar da “mãe do juiz”.

Kayan Moura, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol

Cláudia Samuel Kessler (org.)
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016
259 páginas | R\$ 34,90



Dimensão Histórica da Sociologia, Dilemas e Complexidade

Maria Thereza Rosa Ribeiro (org.) | Curitiba: Appris Editora, 2016
152 páginas | R\$ 46,00

Recuperando conceitos

A ideia de publicar *Dimensão Histórica da Sociologia, Dilemas e Complexidade* ocorreu durante o Ciclo de Palestras de Sociologia Histórica, em 2014, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. A organização do material ficou ao encargo da professora Maria Thereza Rosa Ribeiro (UFPel), reunindo os textos de José Maurício Domingues (UERJ), Karl Monsma (UFRGS), Eliane Veras Soares (UFPE), William Héctor Gómez Soto (UFPel).

Ao apresentar o livro, Maria Thereza identifica brevemente alguns aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos concernentes aos campos da sociologia e da história. No primeiro capítulo, é analisada a relação da teoria sociológica com a história e a modernidade, em sua dimensão mais ampla. No segundo capítulo, é focado o desenvolvimento da sociologia histórica desde os clássicos. No terceiro, aborda-se a concepção de sociologia histórica subjacente às obras de Florestan Fernandes. Para encerrar, o quarto capítulo traz uma análise do trabalho do sociólogo José de Souza Martins, destacando a formação da sociedade capitalista brasileira.

Nesse último texto, o autor desperta o interesse do leitor por conhecer mais profundamente a obra de José de Souza,

que se autodeclarava representante da “geração órfão” – aqueles que perderam seus professores a partir de 1964. “A ditadura militar conseguiu quebrar a espinha dorsal da chamada escola sociológica da USP”, escreve José de Souza, referindo-se a professores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

Como reação à orfandade intelectual, José de Souza dá início a sua carreira em pesquisa, indo para a fronteira da Amazônia, onde as populações nativas estavam sendo expulsas. Na sua avaliação, o desafio dos pesquisadores era o processo de ocupação do território pelo capital. Essa abordagem, entretanto, destoava dos sociólogos de então, que se interessavam “por sociedades instituídas e organizadas e não propriamente por sociedades nascentes [...], que era o que ocorria na região amazônica. Uma sociedade velha que renascia e se reinventava no banho de sangue da anulação de regras sociais estabelecidas e na criação das regras provisórias dominadas pela lei do mais forte”, conforme trecho da obra de José de Souza, lembrada no capítulo *A Sociologia Enraizada de José de Souza Martins*, de William Soto. (Jacira Silveira)



Todos Querem Ser Mujica

Moisés Mendes | Porto Alegre: Diadorim, 2016
156 páginas | R\$ 40,00

Crônicas para degustar

Tem algo de reconhecimento no livro de Moisés Mendes *Todos Querem Ser Mujica*. Por quase 50 anos escrevendo em jornais gaúchos, principalmente na Zero Hora, o autor era, por lá, uma das poucas vozes com viés de análise à esquerda dentro da dicotomia que voltou a se mostrar poderosa. E um reconhecimento merecido. Ainda assim, vai uma confissão: olhava com carinho a chance de reler suas crônicas, mas mantinha certa dúvida sobre o que seguiriam tendo de atual ou como manteriam o calor de sua escrita. Por que, afinal, um livro de escritos feitos ao longo de tempos sempre tão particulares? Durante a leitura, encontrei respostas. Uma delas, o valor que os textos de Moisés têm de servir de memória auxiliar, atualizando um passado revelador de assuntos mal resolvidos que, pela necessidade de seguir adiante, deixamos de lado. Exemplos: Alex Thomas, o adolescente assassinado pela gang da Matriz; Paulo Francis e as denúncias nunca investigadas contra práticas de corrupção na Petrobras no longínquo 1997; a juíza Carine Labres, autorizando cerimônia de casamento entre duas mulheres em

CTG de Livramento; e a juíza Lizandra Passos, mandando soltar homem que, bêbado, atropelou duas motociclistas, matando uma delas, deixando outra gravemente ferida. E Moisés vai nos lembrando dessas coisas de maneira que parece uma conversa boa, ainda que séria. Ficamos logo íntimos. Fácil imaginá-lo sentado na cadeira da frente, terminando o almoço no a quilo da esquina, enquanto conta alguma coisa. Uma pergunta, aliás, repenicava o tempo todo: como alguém tem tantas histórias para contar? De poetas, de escritores, da fronteira, de livros perdidos, de tios (“Meu tio Taurino, se estivesse vivo, se espantaria com tanta gente dedicada à arte de ser gaúcho. É possível até que se perguntasse: mas por que fazem tanta força?”). Exercita certo futurismo (e a nossa vida em 2038?), nos redime inúmeras vezes do 7x1 e, o que faz com um gosto especial, fala de memórias, de amigos, de leitores e do trabalho nos jornais da fronteira, onde foi editor aos 19 anos. Talvez porque tenha terminado de ler agora e esteja seduzido pela escrita de Moisés, arrisco um juízo: *Todos Querem Ser Mujica* é um grande livro. (Flávio Dutra)



FLÁVIO DUTRA/JU



As alunas Bruna Avila e Ana Girardello construíram seus figurinos a partir das possibilidades do acervo

O figurino, a resistência e

o guarda-roupa

Visibilidade Projeto de Extensão do DAD revive acervo abandonado

Em uma sala de 30m² localizada no terceiro andar de um prédio antigo no centro de Porto Alegre, aproximadamente 800 peças contam um pouco da história do Departamento de Arte Dramática (DAD) da UFRGS. O conjunto de sapatos, roupas, perucas e acessórios hoje faz parte do Projeto de Extensão *Guarda-Roupas do DAD vive*, idealizado pela professora Gisela Habeyche em 2014. O ambiente – ainda que improvisado com cabides suspensos no teto, prateleiras e estantes – resiste e revive em meio às dificuldades.

Não se sabe ao certo quando o acervo começou. Gisela conta

que quando foi aluna do DAD, em 1984, o acervo não tinha as mesmas características que possui atualmente. Naquela época, o guarda-roupa ficava em outro lugar, mudando duas vezes de endereço: chegou a ficar no subsolo do prédio, antes de chegar à atual sala do terceiro andar. “Até chegar aqui, já foi um grande avanço, ainda que esteja muito longe das condições ideais”, pontua a professora. O motivo das mudanças era sempre a falta de manutenção e de funcionários para cuidar do local, o que fazia com que ele sempre estivesse muito sujo e bagunçado, dificultando o acesso aos alunos e o uso das roupas – muitas vezes pelos surtos de sarna.

Em 2006, o acervo passou a se chamar *Lígia Régio*, nome da primeira funcionária a trabalhar no lugar, mas que veio a falecer – ficando o local novamente abandonado. A ideia de homenagear a funcionária veio de Gisela, que há dois anos reassumiu a docên-

cia após cursar um mestrado. “Os meus colegas pediram que eu assumisse o acervo. A minha formação é de atriz, eu trabalho com voz. Não tenho um vínculo estreito com o figurino, exceto o respeito, o amor, a curiosidade. Então, estou ocupando um lugar até que alguém mais capaz venha fazer isso”, conta, evidenciando a precariedade de serviços.

Resgate - O renascimento do guarda-roupa só foi possível com a ajuda dos alunos. Com luvas e máscaras – comprados pela professora –, ela e vários graduandos se reuniam uma vez por semana para organizar o local e fazer uma triagem do que era útil e do que era descartável. Uma das alunas que se engajou no projeto foi Thais Die-drich e, por conta disso, agora é a primeira bolsista do guarda-roupa, após um longo tempo sem funcionários. Aos poucos, mais alunos ficaram sabendo da existência do acervo no DAD – como ficou fe-

Doações

Interessados em contribuir com o acervo, entrar em contato pelo e-mail: guardaroupadad@gmail.com

chado muitos anos, a maioria não tinha conhecimento. “Eu, como sempre fui interessada por figurinos, comecei a me encantar com o lugar e com as coisas que havia dentro, mas sabia que ninguém tinha a menor noção do que poderia sair daqui”, relata Thais.

O acervo conta com roupas advindas principalmente de doações de alunos, familiares, professores ou conhecidos. Algumas peças usadas em espetáculos também foram deixadas ali; no entanto, há pouca produção autoral, visto que o curso não conta com uma disciplina própria para a confecção de figurinos. Tal fato acentua ainda mais a importância desse acervo para o Curso de Teatro. “Nunca passou pela minha cabeça que na faculdade teria um guarda-roupa. Quando descobri, fiquei muito interessada, porque é importante. Na faculdade, nós não temos acesso a esse tipo de coisa, a uma roupa. E às vezes não temos dinheiro para pagar alguém ou não temos tempo de fazer os figurinos. Por mais que nós não recebamos verba da UFRGS, as pessoas nos ajudam muito, doando as roupas”, comenta a estudante Bruna Avila.

Atualmente, encontram-se no acervo roupas datadas de antes do ano 2000, o que contribui para a diversidade de vestimentas e acessórios que, nos dias de hoje, podem ser difíceis de achar. Mesmo trajes de época – como antigos vestidos de renda e de noiva – podem ser encontrados lá; sapatos que não são mais fabricados e casacos de pele também fazem parte da riqueza de possibilidades do guarda-roupa do DAD. Além das vestimentas, está disponível uma variedade de objetos de cena.

Pedagógico – O guarda-roupa também é um espaço de aprendizado. Muitas vezes, o figurino é uma das partes essenciais da montagem, por carregar um discurso e contar uma história por si só. Dessa forma, um dos primeiros contatos com esse processo ocorre por intermédio do acervo. Thais relata que muitas vezes os alunos não tinham uma política de pensar nos figurinos desde o início da criação de um personagem. Ao final, isso ocasionava que os figurinos acabavam por não representar aquilo que se pretendia com a personagem. Com o funcionamento mais ativo do guarda-roupa, iniciou-se o hábito de ir primeiramente ao acervo a fim de procurar o que se necessita. Outras possibilidades acabaram surgindo com a abertura do guarda-roupa: o professor de indumentária, Chico Machado, consegue levar os alunos até o acervo para fazerem experiências durante o período de aula. Além disso, o docente passou a convidar figurinistas para conversarem com os alunos. Por esse motivo, Chico também é um dos coordenadores da atividade.

O projeto de extensão surgiu como tentativa de ganhar recursos para reviver o acervo. “Neste ano, o projeto se chama *Guarda-Roupas do DAD vive* – antes se chamava *Guarda-Roupa do DAD vivo*, porque ele não estava vivo e a gente queria que ele vivesse”, relata a professora. Seus objetivos principais são conhecer as roupas que estão ali e organizá-las de uma melhor maneira e dar visibilidade ao guarda-roupa e, por tabela, ao departamento, ao Instituto de Artes e, principalmente, ao Curso de Teatro. Por ser um projeto recente e contar somente com uma bolsista, o processo de catalogação ainda está lento. Thais conta que no início houve uma tentativa de cadastrar as roupas e etiquetá-las, sem muito sucesso. Agora, isso é feito pelo computador – como uma espécie de biblioteca. Os dados dos alunos ficam cadastrados, juntamente com a descrição da roupa. Assim, é possível alugar as peças pelo tempo que estiverem produzindo alguma montagem.

Para impulsionar a visibilidade, a bolsista sugeriu a realização de um desfile para apresentar os figurinos do guarda-roupa. A primeira edição ocorreu em dezembro do ano passado na sala de convivência do DAD. O desfile contou com 35 pessoas, que utilizaram 58 peças do acervo. Este ano, o desejo é de ir para as ruas. “Acho que nós já cumprimos o nosso objetivo no primeiro, que era trazer essa visibilidade para os alunos e um pouco para o entorno. Agora nós queremos levar isso para fora, tentando arrumar uma forma de isso começar a ser realmente um evento anual; que se crie uma tradição dentro da faculdade”, propõe Thais.

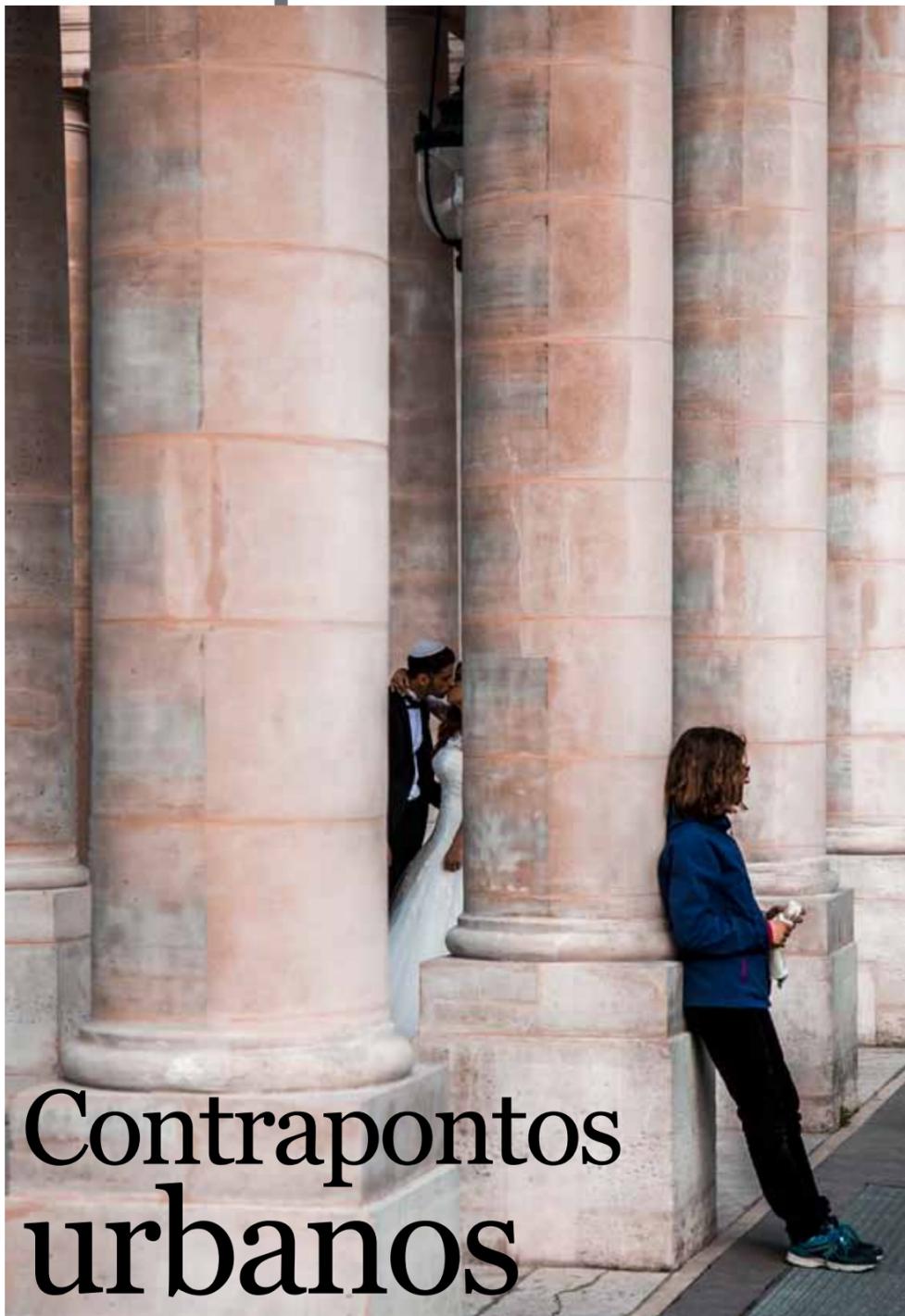
O próximo desfile está programado para o dia 2 de dezembro, saindo do Departamento de Arte Dramática e percorrendo as ruas do centro da capital até o Câmpus Central. Além de ter um caráter expositivo, o desfile também será caracterizado por um tom de protesto. “Os alunos do DAD têm sido peça-chave nas manifestações que estão acontecendo neste momento doente do nosso país. Então nós achamos que o desfile desse ano tem de ter um pouco dessa cara também. Em momentos assim, nós, como artistas, temos uma responsabilidade de colocar a cara na rua, de não nos calarmos, de dizer o que é preciso dizer”, ressalta Gisela.

O evento contará com a participação de alunos, ex-alunos, funcionários, professores e simpatizantes do DAD – mais de 50 pessoas já estão previstas para desfilar. O caráter de união é o fio condutor tanto do projeto quanto do desfile; afinal, não se faz teatro sozinho. “É importante para todas as pessoas que se tenha voz. E, no final das contas, acho que esse projeto do guarda-roupa acaba dando um pouco de voz para a gente. Nós conseguimos dizer a que viemos e usar esse expediente de se transfigurar e de se travestir para falar de diferenças sociais e culturais; para falar contra a segmentação e o preconceito”, conclui a professora.

Paula Barcellos, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fablico



DESTAQUE



Contrapontos urbanos

Exposição *Os retratos do humano em contraste com as metrópoles* de Álvaro Merlo

Voltar o olhar com mais atenção às pessoas e às cidades, almejando viver o lugar do outro de forma mais empática, tentando ver as suas diferenças nos seus contextos: é isso o que propõe a exposição *Um Olhar sobre a Cidade*, feita a partir dos trabalhos do fotógrafo e professor do curso de medicina da UFRGS Álvaro Merlo, que ocupa o saguão da reitoria neste mês de novembro pelo projeto Unifoto.

A exposição traz 17 fotografias feitas em viagens entre 2011 e 2016, tendo por cenário lugares como Istambul, Paris e Lisboa. “As pessoas se impregnam das cidades em que elas vivem. A história das cidades está nas pessoas, mesmo que elas não saibam. A ideia da exposição é captar isso, a relação dos indivíduos com as cidades e, inclusive, com as coisas boas e as constrangedoras delas”, relata Álvaro.

O fotógrafo dedica-se à fo-

tografia de cunho humanista, que se entrelaça com suas formações como médico atuante na área de saúde mental e do trabalho e como sociólogo: “As pessoas são o mais interessante para entender a cultura do lugar que você está visitando; me incomoda ir a algum lugar somente como turista. Gosto de entender as pessoas à minha volta, a história dos lugares. Nunca viajo sem ler antes, sem pegar no mínimo um jornal para entender um pouco”, comenta.

Álvaro se dedica ao fazer fotográfico desde a adolescência, quando lidava com químicos para revelar fotos no laboratório que tinha em casa. Hoje trabalha com fotografia digital, o que diz ter ampliado enormemente as possibilidades do seu trabalho. Sobre os tempos atuais, reflete: “Atualmente os sujeitos constroem uma fachada nas redes sociais. A mim interessa o contato mais

próximo, ver o jeito como as pessoas caminham, como se arrumam e como olham para o mundo; se a gente acompanha isso um pouco, consegue boas fotos”.

Esta é a terceira exposição de Álvaro, e também a terceira dentro da UFRGS, o que é, para ele, um movimento fundamental, uma vez que este é o espaço no qual está inserido desde a década de 1970. Ele espera que esse olhar que pôs na realização de suas imagens agora se transmita para os espectadores durante a exposição: “A ideia é ver a opinião das pessoas. Não sou eu que posso julgar o que eu faço, é a percepção dos outros que é fundamental. Isso é algo que digo aos alunos da saúde mental: o que importa é o olhar do outro”.

A exposição acontece de 8 de novembro a 2 de dezembro, no saguão da reitoria, de segunda a sexta, das 8h às 18h.

TEATRO

Mostra DAD 2016

Apresenta as produções realizadas pelos alunos do curso de Graduação em Teatro ao longo do ano de 2016.

TABATABA

Dois irmãos negros vivem em um bairro pobre chamado Tabataba. Num ambiente de calor extremo e tensão à flor da pele, eles discutem sua relação um com o outro e com a comunidade. Do texto de Bernard-Marie Koltès. Sessões: 4, 5 e 6 de novembro (sexta, sábado e domingo) Local e horário: Sala Alziro Azevedo, 20h

AS CRIADAS

Duas criadas têm um jogo de amor, ódio, submissão e poder com a sua patroa. Elas planejam e ensaiam seu assassinato. Baseada no crime das irmãs Papin, registrado por Jean Genet em 1947. Sessões: 11, 12 e 13 de

novembro (sexta, sábado e domingo) Local e horário: Sala Qorpo Santo, 20h

P.S. LEILA DINIZ

A peça utiliza recursos do teatro documentário, mesclando atuação e narração dos principais fatos da vida da atriz Leila Diniz. Ambientada no Rio de Janeiro dos anos 60 e 70, a protagonista vive dramas e expressa livremente suas opiniões sobre política, arte e sexo. Sessões: 18, 19 e 20 de novembro (sexta, sábado e domingo) Local e horário: Sala Qorpo Santo, domingo às 16h, segunda e terça às 15h

OS DRAGÕES NÃO CONHECEM O PARAÍSO

A peça, baseada em contos de Caio Fernando Abreu, se desenvolve em quadros independentes, histórias de repressão presentes nos recortes da vida e na sociedade contemporânea.

Sessões: 25, 26 e 27 de novembro (sexta, sábado e domingo) Local e horário: Sala Qorpo Santo, 20h

TPE 2016

Mostra de produções realizadas pelos alunos de teatro do Departamento de Arte Dramática.

JACQUES OU A SUBMISSÃO

Escrita pelo mestre do Teatro do Absurdo Eugène Ionesco em 1950, a peça retrata a falta de sentido da existência humana e das convenções sociais, com situações surreais e elementos de humor, loucura, histeria e irracionalidade. Sessões: 02, 09, 16, 23 e 30 de novembro (quartas-feiras) Local e horário: Sala Qorpo Santo, às 12h30 e às 19h30

CINEMA

Encontro com o Cinema Alemão

A Sala Redenção, em parceria com Sesc/RS e Goethe-Institut, exhibe filmes que retratam questões importantes da história e da cultura da Alemanha.



A VIDA É UM CANTEIRO DE OBRAS

(Das Leben ist eine Baustelle, Alemanha, 1997, 118 min), de Wolfgang Becker Sessões: 10 e 24 de novembro, 16h; 22 e 29 de novembro, 19h

BERLIN IS IN GERMANY

(Alemanha, 2001, 99 min), de Hannes Stöhr Sessões: 09 e 11 de novembro, 16h; 24 de novembro, 19h

NENHUM LUGAR PARA IR

(Die Unberührbare, Alemanha, 2000, 104 min), de Oskar Roehler Sessões: 11 de novembro, 19h; 14 e 25 de novembro, 16h

SONNENALLEE

(Sonnenallee, Alemanha, 1999, 101 min), de Leander Haußmann Sessões: 14 e 25 de novembro, 19h; 15 e 30 de novembro, 16h

4 DIAS EM MAIO

(4 Tage im Mai, Alemanha/Rússia/Ucrânia, 2011, 95 min), de Achem von Borries Sessões: 15 de novembro, 19h; 16, 18 e 28 de novembro, 16h

BEM-VINDO À ALEMANHA

(Almanya - Willkommen in Deutschland, Alemanha,

2011, 101 min), de Yasemin Samdereli Sessões: 18 e 28 de novembro, 19h; 21 de novembro, 16h

O QUE PERMANECE

(Was bleibt, Alemanha, 2012, 88 min), de Hans-Christian Schmid Sessões: 17 e 21 de novembro, 19h; 22 e 29 de novembro, 16h

Cinema e Meio Ambiente

A proposta do ciclo é examinar as conexões entre as diversas crises que se sobrepõem atualmente – crises existencial, social, econômica e ambiental –, e questionar a ideia de modernidade e de progresso a partir das realidades que cada um pode observar no dia a dia. As sessões ocorrem na Sala Redenção.



EM BUSCA DE SENTIDO

(En Quête de Sens, França, 2015, 87 min), de Nathanaël Coste e Marc de la Ménardière Sessão: 9 de novembro, 19h

AMANHÃ

(Demain, França, 2015, 88 min), de Mélanie Laurent e Cyril Dion Sessão: 23 de novembro, 19h

O PLANETA VERDE

(La Belle Verte, França, 1996, 93 min), de Coline Serreau Sessão: 30 de novembro, 19h

Simpósio Internacional de Saúde da População Negra

Integrando o evento, haverá sessão de filme que aborda os modelos de cuidados nos terreiros e como podem influenciar políticas públicas de saúde. Após a sessão, haverá debate com José Marno da Silva, dentista, integrante do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde e secretário-executivo da Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde.



O CUIDAR NOS TERREIROS

(Brasil, 2012, 28 min), da Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde Sessão: 17 de novembro, 16h

Local: Sala Redenção

ONDE?

► **Sala Alziro Azevedo**
Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala Qorpo Santo**
Luiz Englert, s/n.º,
ao lado da Sala Redenção
Fone: 3308-3080

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

Meu Lugar na UFRGS

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Pai adotivo

Na década de 1980, os prédios da UFRGS passaram por uma modernização. A Olivetti deu lugar ao computador. O cheiro de álcool etílico vindo dos textos mimeografados foi substituído pela impressora. Elevadores barulhentos sucumbiram à calma dos elevadores modernos. No prédio da Faculdade de Educação (FACED) da UFRGS, uma pessoa está implicada em toda essa transformação camaleônica: Luiz Eduardo Nogueira, gerente do setor de infraestrutura.

O calendário marcava outubro de 1984, e Nogueira entrava, aos 15 anos, em seu primeiro emprego, de onde não sairia mais. “Só há uma assinatura em minha carteira de trabalho”, conta orgulhoso. Sua primeira função foi dar conta do mimeógrafo da FACED. Doze anos depois, mudou para o setor de infraestrutura predial. “Meu trabalho lembra o de um síndico. É como se eu fosse o zelador da FACED. Comando a compra de equipamentos, desde lâmpadas até acessórios para computadores. Para isso, é preciso uma boa relação com a prefeitura do câmpus”, explica o servidor.

Natural de Porto Alegre, Nogueira tem 47 anos e mora há 22 em Viamão. Ele revela ter estudado História na Faculdade Porto-alegrense (FAPA), mas saiu quando faltavam duas cadeiras para concluir o curso. Agora, estuda gestão de recursos humanos. Sua formação cidadã, no entanto, atribui à UFRGS. “Devo tudo à Universidade, tanto no financeiro quanto no que diz respeito à cidadania. Tenho o maior respeito e carinho pela instituição. Aprendemos muita coisa com o movimento político dos alunos e professores.”

O técnico administrativo expõe um pouco sobre sua rotina: “Chego às 7h da manhã e sempre tem um problema ou outro para resolver, sempre estou na correria. Temos muitos assuntos para tratar; além de todo esse cuidado, tem a pintura e a rede de internet. Por isso, gerencio seis funcionários divididos entre patrimônio, rede de internet, portaria e infraestrutura”.

Segundo Nogueira, a melhor parte do seu emprego é a convivência com seus colegas. “Tenho uma ótima relação com professores e alunos. Inclusive, foi a diretora (Simone Valdete dos Santos) que disse pra eu fazer a entrevista aqui na sala dela. A relação que tenho com a menina da limpeza é a mesma que desenvolvi com a diretora; trato-as da mesma forma. A convivência é a melhor parte de tudo, porque há pessoas que vieram do interior e outras do litoral, por exemplo. Conseguimos manter o contato; tenho amigos em várias unidades. É claro que não podemos agradar a todos, mas só consegui permanecer por tanto tempo no mesmo emprego em função das boas relações.”

Gremista, ele relembra com saudosismo os campeonatos em Santa Maria entre os servidores das universidades do estado – onde, aliás, conquistou com o time da UFRGS os campeonatos de futebol sete, futsal e campo. “Perdemos apenas na bocha!”, diz Nogueira em tom descontraído. A disputa interna com o Centro de Processamento de Dados (CPD) também gera boas recordações. “Ganhamos deles, mas o pessoal começou a ficar velho, então fomos largando o esporte de mão”, completa.

Ele não se imagina em outro lugar. “Muita gente já está se aposentando; eu tenho mais seis ou sete anos. O que vou fazer depois? Vai ser bem dolorido, já que passei dois terços da minha vida aqui dentro. Passo mais tempo aqui do que em casa, é muito complicado. Sou bem canceriano, me apego muito, sou muito raiz”, afirma.

Talvez não exista nenhuma pessoa que conheça as dependências do prédio da FACED mais do que Eduardo Nogueira, passando por toda a evolução tecnológica do lugar. É como um pai que conhece todos os trejeitos de um filho, seus pontos fortes e fracos.

Kayan Moura

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Um professor do mundo

Paulo Visentini Docente ajudou a desenvolver espaços para estudar Relações Internacionais na Universidade

Paulo Visentini nasceu bem brasileiro: filho de pai italiano católico e de mãe luso-guarani protestante. Desde criança queria conhecer o mundo e já viajava pelos mapas do atlas comprado à prestação pela família: “Eu sabia sobre todos os lugares sem nunca ter saído daqui”. O atlas foi o primeiro livro de Visentini, ganhou aos 12 anos. Seus pais, de origem humilde, não tinham muito estudo. Eles saíram do interior do estado para trabalhar em uma indústria de Porto Alegre, e aqui Paulo nasceu. Estudou sempre em escolas públicas da capital: num grupo escolar e depois no Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

Com 16 anos, começou a trabalhar para ajudar a família, e os estudos ficaram para o turno da noite. Foi assim até a universidade: trabalhou como office boy, operador gráfico e bancário. Quando chegou a época de prestar vestibular, escolheu o curso de Economia, mas, depois de dois anos, decidiu trocar pela História, interessado nas questões internacionais. Como o curso só existia no turno diurno, deixou o emprego de bancário (que proporcionava alguma perspectiva) e se tornou bolsista da UFRGS: trabalhou na área administrativa do Instituto de Artes e depois fez pesquisa na Pinacoteca. A bolsa permanência, na época bolsa trabalho, que Visentini ganhava só dava para pagar o transporte e o Restaurante Universitário. A

família achou estranha a decisão do jovem, afinal “somos uma família humilde, temos que nos sustentar”. Porém, os conhecimentos que ele ia adquirindo no curso de História tornaram-se bem mais que teorias; serviram para entender a sua própria situação e a de sua família na sociedade, as questões sociais e o funcionamento do mundo.

Logo depois de concluir o curso de História, fez mestrado em Ciência Política na UFRGS e já dava aulas na graduação durante esse período. Para o professor, sua formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) no Brasil lhe permitiu formar uma visão de mundo a partir do sul, pensar as relações internacionais, a história mundial e a política externa brasileira de uma perspectiva própria. Como naquele tempo não existia o curso de Relações Internacionais na Universidade, Visentini construiu seu conhecimento a partir de cursos que se aproximavam dos assuntos de seu interesse. Fez aula de História e Política Mundial com o professor Alexandre Rocha, abrindo sua visão para outras regiões que ainda não eram estudadas (África, Oriente Médio e Ásia) – mundos distantes para uma época sem internet.

O passaporte de Paulo Visentini já foi carimbado por 60 países em experiências diversas. Fez pós-doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics, foi professor convidado de diversas universidades pelo mundo (Cabo Verde, Holanda, Canadá, etc.), realizou estudos diplomáticos para governos de outros países e também para o Itamaraty. Questionado se não pensou em seguir a carreira diplomática, ele responde que quando mais jovem não teve oportunidade de aprender outras línguas e uma vasta cultura. Por outro lado, hoje, conhecendo quatro línguas, ele confessa que se sente realizado na academia e que não se

interessou pela diplomacia quando conquistou condições para isso.

Além de lecionar e pesquisar como professor titular de Relações Internacionais, Visentini possui livros publicados, a maioria deles com uma linguagem acessível a um público mais amplo. “Eu não gosto de viver fechado na universidade; gosto de ter interação com públicos muito variados”, justifica. Visentini conta que certa vez consultou com um jovem médico que, após ele agradecer ao final do tratamento, respondeu o seguinte: “Eu que lhe agradeço! Fiz vestibular três vezes para Medicina e rodava sempre em história; os seus livros me permitiram finalmente entender, e eu passei”.

Paulo Visentini tem 50 anos de vivência (como aluno e professor) na UFRGS. Ajudou na criação do curso de Relações Internacionais da Universidade. Atuou como diretor do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados e como Secretário de Relações Internacionais. Fundou o Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e foi coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Atualmente, o docente se diz preocupado com o ensino universitário no país, já que, segundo ele, a instituição tem sido atacada por forças externas e internas como objeto de disputa de poder de todo o tipo de grupo.

O Paulo Visentini Intelectual do Ano de 2009 – Prêmio Joaquim Felizardo concedido pela Secretaria Municipal de Cultura – é o mesmo que considera o cinema mágico, curte rock alternativo e cuida do jardim de casa. Ele garante que não tem vaidade nenhuma do título de intelectual que lhe puseram e que nada mais almeja. O seu único desejo é “conhecer o mundo”.

Cássia de Oliveira, aluna do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



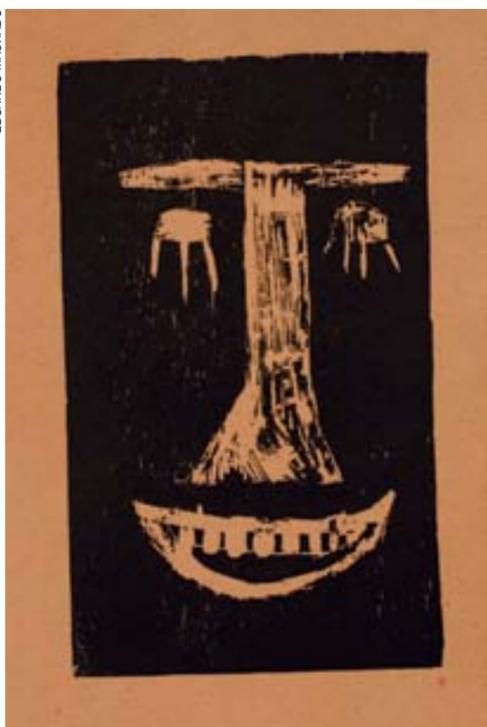
Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Teko Porã

EDUARDO MACHADO



JOSÉ HENRIQUE SALOIO



JÚLIO CÉSAR



ADROALDO BORGES



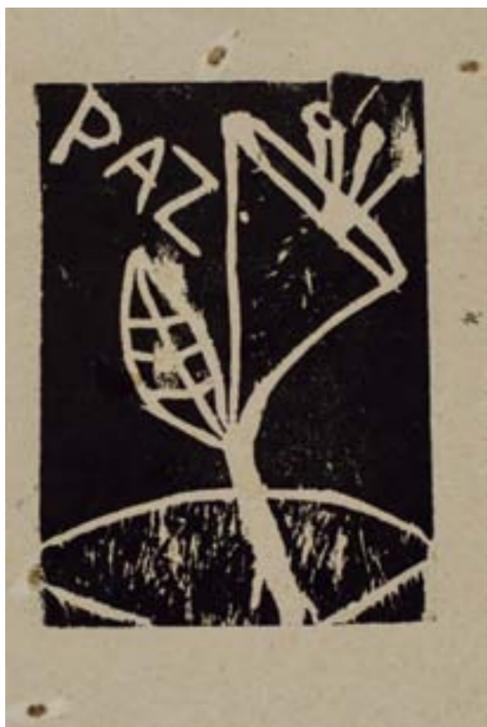
ANDREI LUIZ DAS NEVES



JUAREZ NEGRÃO



JUAREZ NEGRÃO



Estas imagens de xilogravuras em papel artesanal são parte do resultado de uma oficina conduzida pelo artista Renato de Mattos Motta e pela professora Lidiele Barriel com estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, a EPA. A escola atende pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade social e, com esse grupo, desenvolve um processo de organização de um coletivo de produção em parceria com o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP/ECOSOL), trabalhando ideias da Economia Solidária.

O grupo, composto por Juarez Negrão, Andrei Luiz das Neves, José Henrique Saloio, Eduardo Machado, Júlio César e Adroaldo Borges, aceita encomendas, e o papel artesanal e xilogravuras estão à venda na própria escola, localizada na Rua Washington Luiz, 203, no Centro Histórico. Os contatos podem ser feitos pelo telefone 3227-4429.

O resultado da oficina foi exposto, em outubro, em parceria com o Programa de Extensão Teko Porã, da UFRGS, nas galerias do centro cultural da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

REPRODUÇÕES **GUSTAVO DIEHL**
 TEXTO **MARIA GABRIELA GODOY**

Acelerando startups



TEXTO SAMANTHA KLEIN FOTOS FLÁVIO DUTRA

S seja para solicitar a entrega de uma pizza sem retirar o telefone do gancho (ou discar pela tela do celular), chamar uma carona paga ou trocar roupas usadas por meio de um aplicativo para smartphone, a maior parte das pessoas já utiliza produtos e serviços criados em uma startup. Não nos damos conta disso, mas esse tipo de empreendimento com base tecnológica faz parte do nosso dia a dia.

As startups são empresas no início de sua vida e podem ser classificadas como o embrião de um grande sucesso ou um imenso fracasso. O aplicativo Uber é um caso de ideia que prosperou globalmente. Já outros exemplos, como uma plataforma de fotografos criada em Porto Alegre, não foi adiante porque o formato de contratação de um profissional por ocasião – para a realização de um evento, por exemplo – não foi suficiente para financiar o projeto.

Outra característica importante dessas ideias embrionárias que podem se tornar grandes negócios é a escalabilidade, ou seja, a capacidade de crescer sem perder qualidade. “Geralmente se trata de um serviço que utiliza a tecnologia e tem um potencial de crescimento extraordinário. A empresa *escalável* é aquela cujo produto pode ser útil em qualquer lugar. Um aplicativo para encontrar determinada mercadoria ou serviço poderá ser útil em Porto Alegre, São Paulo, Londres ou Pequim. Isso nos faz entender o porquê de as grandes empresas comprarem startups: elas oferecem a organização empresarial para levar o negócio adiante”, explica o economista e professor

da Escola de Administração da UFRGS Paulo Zawislak.

Uma ideia baseada em tecnologia, “que não precisa ser a cura para uma doença grave”, conforme ressalta o docente, surge geralmente entre amigos que pretendem empreender e reúnem esforços nesse sentido, mas as questões de organização empresarial pesam tremendamente. “Se os consumidores gostarem do seu produto, eles comprarão rapidamente. Uma coisa é produzir dez unidades em casa, agora, tornar uma produção escalável é totalmente diferente. Para isso é necessário ter logística, financiamento, planejamento. Dificilmente esse grupo de amigos terá todos esses quesitos reunidos”, considera o professor.

De acordo com a Associação Brasileira de Startups, há 4.200 empresas desse tipo cadastradas na entidade. Há inúmeras iniciativas, entretanto, que ainda não estão mapeadas simplesmente por serem protótipos de uma companhia. O professor Paulo estima que somente em Porto Alegre existam mais de 750 ideias em desenvolvimento que poderão se tornar futuras empresas de serviços que estaremos utilizando via celular.

Em um ambiente propício ao empreendedorismo, ideias ganham maior incentivo para se tornarem grandes negócios. Por isso, nesta reportagem tentamos entender alguns dos desafios do mundo das startups e compreender o ecossistema formado dentro da UFRGS. A Universidade tem diversas iniciativas de incentivo a estudantes que buscam o rumo da tecnologia e inovação sem as amarras de ter um chefe.

Kits prontos do clube virtual de leitura Tag Livros. A companhia surgiu como ideia de estudantes e hoje tem 11 mil usuários

Comportamento inovador



Lourenço Boettcher e Alexandre Mattos, alunos da UFRGS, tiveram o projeto Webike entre os vencedores do 1.º Desafio Empreendedor da Universidade

A cultura das startups é naturalmente inovadora porque esses “embriões de empresas” trazem em sua matriz uma base tecnológica, o que evidentemente implica a ocorrência de erros e acertos por parte dos empreendedores enquanto a ideia sai do papel. Talvez inúmeros passos enviesados sejam cometidos, segundo o professor Paulo Zawislak. “Mas os erros vão moldar um produto que será relevante para os consumidores. Nesse sentido, não há grande diferença em relação aos empreendimentos convencionais, mas as pessoas que apostam em startups têm um comportamento diferente dos empresários tradicionais”, considera.

Conforme o docente, a geração mais identificada com as startups tem alguns valores diferentes em relação aos negócios tradicionais. Ele considera que não é possível generalizar, mas acredita que os novos empreendedores apostam na ideia do compartilhamento e da colaboração. Ou seja, o medo de ter a sua proposta roubada é bem menor. Além disso, os jovens empreendedores são menos patrimonialistas, o que significa aceitar ganhar menos (pelo menos durante o tempo de desenvolvimento da ideia de um aplicativo).

O economista acredita que essa geração não tem metas, como comprar um apartamento na cidade, ter um carro na garagem e adquirir uma casa na praia. “Quando esse tipo de

cultura e comportamento acontece, a exigência em termos salariais é bem menor. Essa galera utiliza bicicleta ou vai caminhado ao trabalho porque mora próximo dele. Então é possível receber menos enquanto o negócio está em gestação. Esse novo perfil de negócios tem rentabilidade mais baixa também. O projeto vai decolar, mas não será necessariamente aquele lucro imenso porque um produto ou serviço será disponibilizado mais barato. Essas características geram um novo perfil de empresários, e essa é a essência das startups”, defende Zawislak.

Nessa linha de pensamento é que um grupo de três amigos que têm em comum o gosto pelo pedal resolveu iniciar o desenvolvimento de uma ideia relacionada ao compartilhamento de bicicletas. O futuro aplicativo busca pessoas que têm uma bicicleta em casa com pouco uso e possam disponibilizá-la para outros ciclistas. A proposta foi idealizada durante o Desafio Empreendedor da UFRGS do ano passado. Os estudantes da Administração e Engenharia Ambiental da Universidade resolveram ampliar o projeto e agregaram mais dois sócios das áreas de Ciência da Computação e de Design.

Segundo Alexandre Mattos, um dos idealizadores do Webike, o conceito do projeto está na mobilidade urbana e na integração dos meios de transportes na capital. “O usuário pode utilizar um ônibus ou um trem até o centro de Porto Alegre, por exemplo, e pegar

uma bicicleta para continuar a viagem até o trabalho ou faculdade”, considera. O projeto prevê o estabelecimento de *wePoints* em universidades, bares e hostels onde as bikes vão ficar estacionadas com segurança. Em contrapartida, o estabelecimento terá maior circulação de pessoas.

Para viabilizar a proposta, os jovens estão buscando um financiamento coletivo pela plataforma Benfeitoria, a fim de arrecadar recursos para os custos de desenvolvimento da tecnologia. O crowdfunding segue até o início deste mês. Os criadores da ideia contam com a arrecadação, mas, se não atingirem a meta estabelecida, já decidiram que vão levar a proposta adiante com recursos próprios.

O Webike está em fase de testes com um grupo fechado de 20 pessoas que estão compartilhando as bicicletas. A meta é realizar as melhorias necessárias para o funcionamento da proposta antes do seu lançamento previsto para o início de 2017. “Nossa ideia é lançar o aplicativo já no início do ano que vem. Sabemos que existem muitas pessoas interessadas no serviço e que aguardam que a gente consiga disponibilizá-lo o quanto antes. Muita gente gosta de bicicleta em Porto Alegre, mas não tem espaço para ter uma. Outros gostam, mas não têm tempo para utilizar com frequência. A nossa proposta é otimizar o uso das bikes”, destaca um dos idealizadores, Alexandre Mattos.

Dificuldades diante da c

Na onda da economia compartilhada e da criação de soluções inovadoras para problemas do dia a dia – o Webike é um desses exemplos ao querer aproveitar bicicletas paradas no corredor do apartamento de um usuário do aplicativo –, o professor Paulo Zawislak acredita que a própria crise econômica da atualidade poderá buscar brechas para ser superada. “Os momentos de retração são propícios para a criação de soluções. As startups reúnem mecanismos para isso quando propõem produtos e serviços mais baratos. Acredito, inclusive, que a forma de realizar negócios será transformada por essa geração.”

Já a professora Aurora Zen é mais cautelosa quando se diz que os momentos de crise são, na verdade, o ponto de partida para as grandes oportunidades. Ela destaca que as empresas startups sofrem os mesmos entraves que as companhias consolidadas. O primeiro problema reside na redução do consumo. “Quando a economia está em recessão, as pessoas naturalmente consomem menos. Elas não querem comprar mais. A exceção para isso se dá quando se trata de inovação que gere economia. Exemplo disso é uma plataforma no estilo brechó em que as pessoas trocam ou vendem roupas usadas. A Enjoei é um exemplar de startup que deu certo porque as pessoas conseguem gastar muito menos por roupas seminovas”, considera.

As startups que envolvem alta tecnologia ou elevação de gastos podem, entretanto, ser prejudicadas em um cenário econômico menos favorável. A professora da Escola de Administração da UFRGS destaca que as dificuldades na obtenção de financiamento são determinantes. “Como aumentou muito a taxa de juros, há uma barreira natural ao investimento, pois a contratação de empréstimos se torna mais cara. Em outra frente, conseguir capital para iniciar o negócio se torna mais difícil porque a inadimplência também cresce em tempos de crise.”

Investimentos em startups

Todo o empreendedor necessita buscar financiamento ou já tem dinheiro próprio para alavancar um negócio. Um grupo de amigos que cria um serviço inovador, contudo, nem sempre tem esse capital ou consegue recursos por intermédio das instituições financeiras convencionais. Entre as opções que ganharam mercado no Brasil, está a possibilidade de captar investimentos anjo, voltados exclusivamente para startups. Grandes empresas, como Apple, Google, Facebook, Fedex, Bematech e Buscapé, que um dia foram startups, contaram com esse tipo de aplicação inicial de recursos.

O investimento anjo em startups é feito por pessoas físicas com capital próprio. “São empresários e profissionais liberais que agregam valor para o empreendedor a partir dos seus conhecimentos, da sua experiência e de sua rede de relacionamentos, além de recursos financeiros. O investidor tem uma participação minoritária no negócio, não atua no dia a dia da empresa e tem como papel apoiar o empreendedor na forma de mentor e conselheiro. O investidor anjo ganha um percentual sobre os futuros lucros das startups, mas não vai ter o poder de influenciar nas decisões da companhia”, ressalta Filipe Garcia, coordenador da companhia WOW Aceleradora e ex-aluno da Administração da UFRGS.

Conforme a Anjos do Brasil, organização que reúne investidores anjos desde 2011, há mais de sete mil investidores desse tipo no país e, em média, eles pretendem investir R\$ 230 mil cada nos próximos dois anos, o que significa quase R\$ 1,7



Filipe Garcia é um dos coordenadores da Wow Aceleradora, companhia que dá suporte para startups

bilhão. Segundo a companhia, cerca de R\$ 780 milhões foram aportados por investidores em 2015. Os valores do Brasil, porém, ainda são muito inferiores se comparados aos dos outros países. Nos Estados Unidos, esse tipo de investimento chegou à casa dos US\$ 24 bilhões.

Já o trabalho das aceleradoras consiste em “alavancar” as startups, dando suporte intelectual e financeiro por meio da conexão com os investidores. No caso da Wow Aceleradora, são aplicados R\$ 50 mil em startups

em fase pré-operacional e R\$ 150 mil em empresas em fase de crescimento. O ciclo de aceleração dura um ano. “Os primeiros seis meses são os mais intensivos, com monitoria semanal, acompanhamento constante do negócio e a prospecção de novos investidores e clientes. Depois disso, acompanhamos o empreendimento quinzenalmente. Depois de um ano, o empreendedor vai ter apoio, mas ele certamente estará preparado para decolar”, destaca Filipe Garcia.

A Wow tem investidores que apli-

cam recursos em um grupo de startups de várias áreas. É um investimento de alto risco, mas que pode gerar grandes lucros se a startup prosperar. Ao mesmo tempo, o empreendedor não terá uma dívida, como no caso de contrair um empréstimo em um banco convencional, ressalta Filipe. “O idealizador da startup não vai ficar endividado – e isso é fundamental para quem está iniciando uma ideia baseada em tecnologia. Os investidores sabem que, em um portfólio de 20 startups, algumas não vão dar certo.”

rise econômica

Empreendedorismo por necessidade – Aos primeiros sinais de crise econômica, a abertura de pequenas empresas ou a prestação de serviços cresce. Segundo a Serasa Experian, quase dois milhões de novos negócios foram abertos em 2015, o equivalente a um aumento de 5,3% em relação a 2014. Dentre esses registros, 75% se tratam de microempreendedores individuais. Conforme o SebraeRS, os dados mostram que os novos empresários estão apostando em um negócio próprio devido ao desemprego. Existe diferença entre o empreendedorismo por oportunidade e aquele de necessidade. Em tempos de crise econômica, a abertura de pequenas companhias eleva-se por conta das demissões no mercado formal de trabalho.

Desde 2014, elevou-se no país o empreendedorismo por necessidade, o que significa a diminuição do lançamento de negócios porque o empreendedor teve uma ideia inovadora após analisar o mercado. “O Brasil vinha aumentando as taxas de empreendimentos a partir de ideias inovadoras, porque havia espaço de mercado ou existia um problema a solucionar. De dois anos para cá, caiu esse tipo de negócio e cresceu o empreendedorismo porque as pessoas não têm opção. É um cenário perigoso porque se trata de projetos sem o devido planejamento nem inovação. A pessoa vai apostar num foodtruck, mas já há inúmeras iniciativas desse tipo”, destaca Aurora Zen.

Dados do Relatório GEM (Global Entrepreneurship Monitor – Sebrae) mostram o cenário de empreendimentos sem inovação tecnológica no país. Ou seja, confirmam o aumento dos negócios por necessidade. Em 2015, apenas 15% das empresas em estágio inicial ou já estabelecidas eram produtos ou serviços novos. Já o percentual de negócios conhecidos do público e do mercado chegava a 70%. Isso se reflete na quantidade de concorrentes. Entre as companhias iniciantes, somente 3,6% não têm qualquer concorrente.

Iniciativas dentro da Universidade

A Universidade tem uma rede de incubadoras – ao todo são cinco – que apoia as pequenas empresas ou startups nas primeiras etapas de desenvolvimento. Bolsistas, professores e materiais são disponibilizados para as iniciativas. Além disso, o Parque Tecnológico e Científico está em processo de implementação no Câmpus do Vale, havendo também outras medidas que incentivam o empreendedorismo de alunos e professores.

Conforme o economista e pós-doutorando pela UFRGS Aziz Calzolaio, as startups que se tornaram grandes companhias, a exemplo do Facebook, estão vinculadas a universidades. “Todas têm relação com a ciência, pois o conteúdo científico é imprescindível. Tratam-se de empreendimentos de alta tecnologia e alta capacidade de crescimento. Aqui no Brasil é relativamente recente, mas em qualquer lugar do mundo elas precisam ser inovadoras, e para isso precisam de suporte financeiro e científico.”

Além disso, o ex-colaborador da Sedetec (Secretaria de Desenvolvimento da UFRGS) e professor da Faculdade Tecnológica do Cooperativismo do RS fez um mapeamento das áreas em que a Universidade tem pesquisa de ponta. Entre essas, estão descobertas na agricultura, nas Ciências Médicas e Odontológicas, na Bioquímica e na medição de materiais. “Analisar as 380 patentes obtidas pela UFRGS facilita a busca de foco na pesquisa e o investimento de recursos. Um exemplo é a distri-

buição de sementes de aveia. Cerca de 95% do que é plantado no RS é proveniente de uma semente melhorada na UFRGS”

Entre as iniciativas que priorizam a inovação, a Maratona de Empreendedorismo da UFRGS motiva estudantes a colocarem em prática suas ideias com a seleção de 20 projetos de startups. Neste ano, o encerramento do evento vai ocorrer em 7 de dezembro. Na ocasião, irá ocorrer o *Pitch* – encerramento com a apresentação das ideias empreendedoras – e também será lançada a “Vitrine de Startups da UFRGS”, que é uma plataforma on-line que irá exibir aproximadamente 50 empresas desenvolvidas nos últimos oito anos da Maratona de Empreendedorismo e que hoje estão consolidadas no mercado.

Conforme o coordenador da iniciativa, a principal inovação dessa edição da Maratona é a seleção de propostas de startups em três áreas prioritárias para a Universidade. “Prospectamos projetos para quatro principais áreas – biotecnologia, ciência da computação, engenharia e física. Restringimos a esses campos de conhecimento justamente para obter uma conexão com o ecossistema empreendedor da UFRGS. Com isso, o objeto é estimular startups que possam ser incubadas. Conseguimos transformar em uma maratona muito ligada ao mercado, assim os participantes são desafiados a conversar com os potenciais clientes e investidores”, sustenta Vinício Gil de Athaydes.

Empresas que surgiram dentro da UFRGS

Apaixonados por livros

A ideia de montar o primeiro clube virtual de livros surgiu em 2013 quando três amigos mantinham o desejo de empreender. Eles finalizavam o curso na Escola de Administração. O trio compartilhava a paixão pela leitura, enquanto no cenário nacional começava a febre dos clubes de assinaturas de vinhos e cervejas. Eles eram assinantes de um voltado para a bebida que prioriza o lúpulo e a cevada.

Inspirados no Círculo do Livro – anos 1980-90 –, surgiu a ideia de criar o clube de leitura. Em 2014, a Tag Livros foi lançada, e os sócios começaram o trabalho de divulgação. A empresa não

chegou a ser incubada; eles deram o start com capital próprio. Em dois anos, a startup passou de cem associados para 11 mil assinantes. “Quando começamos a empresa, a divulgação foi realizada somente na região, e terminamos o primeiro ano de forma difícil. As pessoas, no início, acharam estranha e não compravam a ideia. Depois fortalecemos as ações de divulgação no Sudeste e Nordeste e hoje estamos presentes em todos os estados. Fechamos 2015 com 2,5 mil associados e agora demos esse salto em 2016”, comenta Tomás Susin dos Santos, um dos sócios-fundadores da Tag.

Em razão do sucesso do negócio, a equipe já pode contar com 27 pessoas. “Com o crescimento dos associados, aumentaram os desafios operacionais, por isso estamos adicionando mais pessoas à nossa equipe para dar suporte à operação, que está ficando cada vez mais complexa. O espaço ficou pequeno e já estamos procurando outro local para montar os kits.”

A escolha dos títulos e autores que compõem o *kit* tem uma curadoria especializada. A caixa que chega à residência do assinante do clube leva, além do livro, uma revista e um mimo, que poderá ser uma réplica em

miniatura de vodka, no caso de um título de Dostoiévski. “Entrevistamos algum nome de peso da literatura nacional ou internacional e perguntamos quais são as obras que indicaria. Assim, os membros do clube têm a certeza de que todos os meses vão receber um bom livro em casa. Mesclamos os estilos mais clássicos com a literatura contemporânea. Os autores elencados para selecionar uma obra têm total liberdade de escolha. O livro é surpresa, o que também faz parte da experiência, porque os assinantes ficam ansiosos. Liberamos alguma dica ou trecho, porque, se ele já tiver lido, poderá solicitar a troca.”

Aumenta o som

Se você estiver apaixonado, alegre ou ansioso, a plataforma Superplayer garante que há uma seleção de músicas especiais para esses momentos. Ou, se for o caso de curtir uma balada ou se concentrar no trabalho, ou ainda aproveitar para relaxar, o player de música por streaming (ao vivo, via internet) promete ter a lista de canções perfeitas para tais momentos do dia.

A plataforma Superplayer é uma das startups de grande sucesso cuja origem é o Rio Grande do Sul. Com mais de 10 milhões de ouvintes desde o lançamento do produto em 2013, é uma das líderes no mercado de streaming de música no Brasil. “As pessoas adoram ouvir música, mas nem sempre estão com vontade de procurar bandas novas ou ainda um determinando estilo musical. Assim, a proposta é oferecer músicas conforme o gosto do ouvinte, mas facilitando e otimizando o tempo dele”, destaca o sócio Robson de Almeida.

Os irmãos Cássio e Gustavo Brun Goldschmidt – sendo que Gustavo foi aluno da Engenharia Mecânica da UFRGS e Cássio trabalha no Vale do Silício – emplacaram a ideia em 2011 e chegaram a receber aporte financeiro de R\$ 200 mil do governo federal em incentivos a empresas inovadoras, pelo programa Start-Up Brasil. Logo, mais sócios se agregaram ao projeto, observa Robson. “Essa foi uma das grandes dificuldades no início da formação da empresa: encontrar pessoas que entendessem de música, divulgação e administração para formar o time de funcionários que hoje tem 18 pessoas. O Superplayer conseguiu reunir um time de especialistas que monta cada playlist. Há DJs, estudantes de música, músicos e produtores musicais.”



Estudantes de Ciência da Computação e sócios da Mconf seguem desenvolvendo melhorias em tecnologia para webconferência

Tecnologia para a educação

Incubada no Centro de Empreendimentos em Informática (CEI), do Instituto de Informática da UFRGS, a Mconf é uma startup voltada ao ensino e já conta com clientes interessados nas soluções da plataforma. Os idealizadores criaram uma ferramenta de conferência web mais voltada para a educação. O objetivo é permitir que um professor possa abrir uma aula ao vivo e apresentar áudio e vídeo para uma turma de alunos que tenham a permissão para se conectar, seja em casa ou em sala de aula.

A criação é voltada para a educação, mas tem muitos outros usos. “Aqui, no Instituto de Informática, por exemplo, existem duas salas de videoconferência preparadas com

o Mconf para apresentação de teses e defesas em que um membro da banca esteja conectado e acompanhando a apresentação a distância”, destaca um dos idealizadores do produto, Felipe Cecagno.

A Mconf iniciou seu desenvolvimento como um projeto de pesquisa de um professor, financiado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), entidade ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Foi uma pesquisa que surgiu para resolver demanda da própria rede. Em seguida, o projeto chamou a atenção de outras instituições, e a própria UFRGS resolveu utilizar a tecnologia.

Além de estarem em processo de incubação, os sócios também

participam de iniciativas de capacitação de empresas em fase de desenvolvimento, como o Startup RS (promovido pelo Sebrae) e o InovAtiva Brasil (programa do MCTI de incentivo às startups). “O objetivo é evoluir e explorar como um modelo de negócio mesmo. Acho que a principal meta em dois anos é obter uma fatia do mercado, melhorar a comunicação entre alunos e professores, assim como melhorar o serviço que oferecemos. Nesse mercado, existem players bem estabelecidos. A maioria cobra muito caro pelo serviço e é de fora, assim não há uma proximidade com os clientes. Queremos oferecer um serviço diferenciado também nesse sentido”, considera Felipe.

A startup busca vender os seus diferenciais, considera o sócio Leonardo Daronco. “A nossa primeira diferença é a integração da conferência web de forma muito mais interessante, com aplicações que os clientes já utilizam. Usamos o Moodle, mas se o cliente já utiliza outro programa, conseguimos fazer a adaptação. Também podemos customizar e aderir à identidade visual do cliente, o que torna a experiência bem bacana. Além disso, há casos em que o cliente gosta da plataforma e está disposto a desenvolver alguma peça que falta. Por exemplo, há um cliente com tecnologia muito boa em áudio, então juntamos essa tecnologia, que torna a experiência do Mconf melhor com a experiência

especial do áudio”, considera.

A Mconf conta com os dois sócios, assim como cinco funcionários e três bolsistas. A RNP é o principal investidor do empreendimento, mas parte considerável já vem de outros investidores. Também há parcerias com desenvolvedores de software do Canadá e do México. “Estamos buscando a etapa em que perder um cliente não se torne vida ou morte para a empresa. Ou seja, precisamos ter mais clientes que não sejam os principais investidores e que a instalação do software não signifique um trabalho muito grande, mesmo com a customização da plataforma. Trabalhamos para que seja mais fácil customizar, mantendo a qualidade do nosso produto”, finaliza Felipe.